

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Curso de Licenciatura em História

Antenor Savoldi Junior

A política externa dos Estados Unidos nos discursos sobre o estado da União entre
o fim da Guerra Fria e o início da Guerra ao Terror
(1989-2001)

Porto Alegre

2012

Antenor Savoldi Junior

A política externa dos Estados Unidos nos discursos sobre o estado da União entre
o fim da Guerra Fria e o início da Guerra ao Terror
(1989-2001)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a
obtenção do grau de Licenciatura em História pelo
Departamento de História do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul

Orientador: Prof. Luiz Dario Teixeira Ribeiro

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço e dedico este trabalho a meu pai, também Antenor, pelo apoio e incentivo à conclusão do curso. Também faço um agradecimento especial à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de concluir pela segunda vez uma graduação em suas salas de aula.

RESUMO

O presente trabalho propõe a análise de treze discursos sobre o estado da União, pronunciamentos anuais do presidente dos Estados Unidos ao Congresso do país, durante o período entre o final da Guerra Fria, em 1989, quando o antagonismo soviético chega ao fim, e o início da chamada “Guerra ao Terror”, em 2001, quando o terrorismo assume o papel de principal inimigo do país. Valendo-se da noção de poder simbólico, da ideia que tais discursos estruturam e são estruturados pelo real, e tomando por referencial teórico as quatro escolas históricas da política externa dos Estados Unidos propostas por Walter Russel Mead — hamiltonianos, wilsonianos, jeffersonianos e jacksonianos —, conclui-se que as duas primeiras, consideradas “globalistas” determinaram a política externa do país no início do período estudado, refletindo o otimismo norte-americano pelo fim do comunismo e pela busca de uma “Nova Ordem Mundial” baseada nas ideias de democracia e livre mercado. Ao longo da década, porém, a linha globalista na política externa do país é enfraquecida em meio a crises internacionais de cunho político e econômico, dando espaço a jeffersonianos e jacksonianos, escolas que priorizam questões domésticas, e que passam a predominar com a chegada de George W. Bush à presidência em 2001.

Palavras-chave: Política externa, Discursos, Estado da União, Estados Unidos, George Bush, Bill Clinton, George W. Bush, Comunismo, Guerra Fria, Terrorismo, Nova ordem mundial; Século XX.

ABSTRACT

This work analyses thirteen State of The Union Speeches, the annual speech delivered by the president of the United States to the Congress, from the timeframe between the end of the Cold War, in 1989, when the soviet antagonism is over, and the rise of the so-called “War on Terror”, in 2001, when terrorism becomes the “nemesis” of the nation. Considering the idea of symbolic power, that those speeches structure and are structured by reality, and accepting Walter Russel Mead’s theory that describes the four main guiding philosophies that have historically shaped American foreign policy — hamiltonians, wilsonians, jeffersonians and jacksonians —, the work concludes that the former two, considered “globalists”, defined the country’s foreign policy in the beginning of the selected decade, reflecting the optimism with the collapse of communism and the pursue of the “New World Order” based on ideas of democracy and free markets. During the course of the decade, though, the globalist approach is weakened in the midst of international crisis, both economic and political, giving in to jeffersonians and jacksonians, who put domestic issues as priorities, with both groups eventually prevailing at the rise of George W. Bush to the White House in 2001.

keywords: Foreign policy, State of the Union, Speeches, United States, George Bush, Bill Clinton, George W. Bush, Communism, Cold War, Terrorism, New World Order, 20th Century.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Apresentação: Um outro “Entre-Guerras”?	7
1.2	Análise do Discurso	10
2.	A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS	12
2.1	As quatro correntes da política externa dos Estados Unidos	14
2.1.1	A escola hamiltoniana.....	15
2.1.2	A escola wilsoniana.....	16
2.1.3	A escola jeffersoniana.....	18
2.1.4	A escola jacksoniana.....	19
2.2	A política externa dos EUA na “Nova Ordem Mundial”	20
3	A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NOS DISCURSOS SOBRE O ESTADO DA UNIÃO	24
3.1	George Bush (1989 - 1992)	25
3.2	Bill Clinton (1993-2000)	35
3.3	George W. Bush (2001) e o novo antagonismo declarado	53
4	CONCLUSÕES	56
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICE I - Duração e extensão dos discursos analisados	61

1 INTRODUÇÃO

“O discurso político articula uma visão de mundo antagonizando-se à visão de mundo do adversário, sendo que a construção do discurso antagônico implica no esvaziamento do discurso do outro. O jogo político adquire uma de suas dimensões marcantes por este uso deliberadamente estratégico da interpelação”¹

Ao analisar a crise do estado nos discursos dos candidatos à presidência do Brasil em 1989, Temístocles Cezar vê no esvaziamento do discurso do outro a própria estratégia para a construção de um discurso.

Este trabalho tem como proposta analisar discursos políticos dos presidentes dos Estados Unidos construídos em um momento em que o antagonismo não é tão evidente. Mais precisamente, apontar como a política externa dos Estados Unidos é abordada por seus presidentes no pronunciamento anual que fazem ao Congresso do país, conhecido como discurso sobre o estado da União, durante o período entre o final da Guerra Fria e o início da Guerra ao Terror. Desta forma o *corpus* discursivo do trabalho é composto por treze pronunciamentos, quatro de George Bush (1989 a 1992) e oito de Bill Clinton (1993 a 2000), somados ao primeiro pronunciamento de George W. Bush ao Congresso, em fevereiro de 2001.

1.1 Um outro “Entre Guerras”?

Com o fim da II Guerra Mundial, o mundo entrou em um processo de crescente tensão entre as duas superpotências definidas após o conflito, os Estados Unidos e a União Soviética. Apesar de o termo “Guerra Fria” ser anterior a este cenário, já sendo utilizado ainda no século XIX para descrever a tensão entre países europeus no período anterior à I Guerra Mundial, seu uso ficou consolidado na disputa entre os principais representantes dos modelos capitalista e socialista no século XX. Seu início é datado pela proclamação da Doutrina Truman em março de 1947, quando o presidente americano defendeu o apoio dos EUA aos “povos livres”, contra os “regimes totalitários”, e ganhou força com o Plano Marshall, que emprestou dinheiro aos países europeus em troca de ampla abertura de seus mercados aos norte-americanos. Para Paulo Fagundes Vizentini, “a Doutrina Truman e o Plano Marshall materializaram a partilha da Europa,

¹ CEZAR, Temístocles Américo Correa. *A crise do Estado no Discurso dos Candidatos à Presidência da República do Brasil em 1989*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – UFRGS, p. 20.

lançando as bases para a formação dos blocos político-militares (socialista e capitalista)”. Em janeiro de 1949, a resposta soviética ao Plano Marshall é a criação do Conselho de Assistência Mútua Econômica (Come). Em abril do mesmo ano, em sintoma claro de acirramento da Guerra Fria, os Estados Unidos e seus aliados da Europa Ocidental criam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), legitimando a presença militar do país na Europa. Seis anos depois, em resposta ao rearmamento da República Federal da Alemanha e sua integração à Otan, a União Soviética articula-se com Polônia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária para o Pacto de Varsóvia, a aliança militar dos países comunistas. Para Vizentini,

“Apesar de certas formas históricas e maniqueístas da Guerra Fria desencadeada pelos EUA, esta possuía uma racionalidade cristalina, pois permitia a este país manter o controle político e a primazia econômica tanto sobre seus aliados industriais europeus como sobre a periferia subdesenvolvida, diretamente na América Latina e Ásia Oriental, ou por meio dos aliados europeus na África e Oriente Médio. Ao manipular a ideia de uma ameaça externa, Washington obtinha a unidade do mundo capitalista e orientava-a contra a URSS e os movimentos de esquerda e nacionalistas, tanto metropolitanos como coloniais, emergidos da II Guerra Mundial.”²

Se o início da Guerra Fria tem uma datação relativamente precisa e aceita, o mesmo não ocorre com seu desfecho. O período de 1962 a 1979 é entendido por Vizentini como de distensão (détente) entre os dois blocos, dando espaço para as tensões e disputas internas a estes. A seguir, em um processo de retomada de tensões na chamada “Nova Guerra Fria”, os Estados Unidos apostaram na corrida armamentista e a militarização do espaço (a chamada “Guerra nas Estrelas”), colocando o país novamente em superioridade estratégica frente a uma União Soviética enfraquecida por gastos militares e sanções econômicas a seus aliados. No âmbito político e ideológico, a nova direita americana apostou no uso do termo “democracia” (sem adjetivos como “popular”, “social”, “participativa”), esvaziando seu conteúdo e utilizando a ideia de democracia universal como arma contra o socialismo e o perigo revolucionário em países do Terceiro Mundo.

De outra parte, neste período, num quadro de pouco dinamismo pela herança política de Brejnev, a União Soviética tentou reformas para sustentar sua economia e fazer frente à retomada americana. Após Andropov e Tchernenko não obterem sucesso, Mikhail Gorbachev trouxe as propostas de reformas política (*Glasnost*, transparência) e econômica (*Perestroika*,

² VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria (1947-1987): conflito ou sistema?*. História: Debates e Tendências – v. 6, n. 2, jul./dez. 2006, p. 9-38;

reestruturação), assim como uma abordagem externa pacifista. Em pouco tempo, com acordos de redução de armamentos (1987) e alinhamento de posições na ONU, a Guerra Fria chegava ao final. Em 1989 a Cortina de Ferro cede com a queda do Muro de Berlim como marco principal. Em 1991, a União Soviética se desintegra e tem início o processo de independência de seus diversos membros. Vizontini coloca os acordos de redução de armamentos a partir de dezembro de 1987 como o marco final da Guerra Fria, indicando os acontecimentos posteriores como consequências deste desfecho. Assim, “o fim da Guerra Fria tornou o mundo mais instável, conflituoso e imprevisível, mas, ao mesmo tempo, descongelou a história mundial”³. George Bush aponta, então, no seu discurso sobre o estado da União de 1992 que “pela graça de Deus, a América venceu a Guerra Fria (...) Pois a Guerra Fria não se acabou; ela foi vencida”.⁴

Após tantos anos de um antagonismo evidente e materializado no comunismo soviético, a hegemonia dos Estados Unidos não encontra mais um inimigo claro a ser nomeado, nesse cenário “mais instável, conflituoso e imprevisível”. Em seu Discurso sobre o Estado da União de 2000, o presidente Bill Clinton celebra que

“Nós temos a sorte de estarmos vivos neste momento da História. Nunca antes nossa Nação desfrutou, ao mesmo tempo, de tanta prosperidade e progresso social com crises internas tão pequenas e tão poucas ameaças externas.”⁵

Uma aparente divisão do mundo volta a acontecer após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. A partir daí, fica legitimada a “Guerra ao Terror”, quando em pronunciamento ao Congresso no dia 20 de setembro após os ataques, o presidente George W. Bush estabelece: “Cada nação, cada religião, tem de tomar uma decisão agora. Ou estão conosco ou estão com os terroristas”⁶. Desta forma, conforme aponta Walter Russel Mead, se desenhava que “a guerra contra o terror se tornaria, tal como a Guerra Fria, na ideia central a nortear a política externa dos Estados Unidos durante, pelo menos, uma geração”⁷.

³ Idem.

⁴ George Bush, Discurso sobre o Estado da União, 1992; Nossa tradução.

⁵ Bill Clinton, Discurso sobre o Estado da União, 2000; Nossa tradução.

⁶ George W. Bush, em pronunciamento ao Congresso dos Estados Unidos no dia 20 de setembro de 2001.

⁷ MEAD, Walter Russel, in *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e sua influência no mundo*. Biblioteca do Exército: 2006.

1.2 A Análise do Discurso

Este trabalho leva em conta o lugar que o discurso ocupa no social, no real, para além de seu aspecto meramente textual. Quando aspectos da política externa dos Estados Unidos são abordados no Discurso do Estado da União, eles ultrapassam a mera especulação, e dialogam com o real. Da mesma forma, sintomático e relevante é o fato de, conforme o ano, a política externa do país ter diferentes pesos, menor ou maior espaço no pronunciamento do presidente norte-americano ao seu Congresso.

Como ferramentas para a análise do *corpus* discursivo proposto, valem como fundamentais os referenciais utilizados em trabalhos de análise de discurso dentro das ciências sociais. O próprio conceito de discurso, outrora reduzido a uma fala ou pronunciamento⁸, ganhou ao longo do tempo uma concepção mais complexa. Notadamente, Foucault⁹ aponta que um discurso é precedido por uma ordem discursiva, que o limita e direciona em sua construção, que ocorre em disputa e articulação com outros discursos que buscam lugar no social.

Pertinente à abordagem aqui proposta, o estudo do discurso — discurso político — tomado como uma construção simbólica, tornam-se fundamentais os conceitos propostos por Pierre Bourdieu, que ao colocar sistemas simbólicos como estruturas estruturantes e estruturadas, vê no poder simbólico um poder de construção da realidade. Para o autor, os símbolos são “os instrumentos por excelência de integração social, que tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral”¹⁰.

Na tradição marxista, as produções simbólicas são vistas como instrumentos para as classes dominantes apresentarem interesses particulares como universais. De acordo com Bourdieu, a cultura dominante integra a classe dominante, e de maneira fictícia também toda a sociedade, desmobilizando a classe dominada através de uma falsa consciência, legitimando a ordem estabelecida por hierarquias. Desta forma, “o campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes”.

⁸- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia, in PINSKY e DE LUCA (org.) O Historiador e suas fontes, Contexto: 2009. Conforme o autor, em suas definições, *discurso* denota uma peça produzida, ou improvisada, destinada a ser lida para determinado público, enquanto *pronunciamento* carrega um sentido de sublevação, insurreição em um manifesto público.

⁹ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2005.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico, Bertrand Brasil: 1989. p.9.

Bourdieu aponta que o poder simbólico tem um aspecto “quase mágico” ao, através da mobilização, obter o que seria obtido com o uso da força física ou econômica. Essa mobilização só é efetiva quando o poder é reconhecido, isto é, o poder não está nos sistemas simbólicos, mas na relação entre os que o exercem e os que estão sujeitos a ele. Para o autor, “em política, ‘dizer é fazer’”, já que

“a palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projeto, uma esperança, ou um porvir a um grupo, se realiza na medida que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material (votos, força de trabalho, força de combate) que lhe permite realizar-se”.¹¹

Lembra Cezar que “os discursos constroem significados que lutam no social para nele permanecerem”, e que isso se define tanto pela capacidade que o mesmo tem de instaurar-se na sociedade através da articulação de sujeitos e sentidos já existentes, quanto da sua condição de poder, que define sua possibilidade de permanência, remetendo ao conceito de *habitus* construído por Bourdieu, que funciona como “materialização da memória coletiva”. Este poder tem relação direta com a legitimidade do enunciador, e com a capacidade do lugar de enunciação em maximizar sua legitimidade.¹² Como recorte primordial deste trabalho, a escolha de discursos proferidos pelo presidente dos Estados Unidos da América, para o Congresso do país, com transmissão não só para toda a população estadunidense, mas também para o restante do mundo, podemos considerar tais condições como praticamente inigualáveis em termos de lugar de enunciação, legitimidade do enunciador e poder de mobilização.

Partindo dos pressupostos aqui apresentados sobre a pertinência da análise do discurso, na sequência deste trabalho vamos apresentar os referenciais teóricos a serem utilizados no estudo da política externa dos Estados Unidos, aceitando a categorização proposta por Walter Russel Mead, que divide a atuação externa daqueles países em quatro escolas de características contínuas e coerentes ao longo da história. Após isso, passamos de fato à análise do *corpus* discursivo, para ao final apresentar as conclusões resultantes do trabalho proposto.

¹¹ Idem. p. 187.

¹² CEZAR, Temístocles Américo Correa. A crise do Estado no Discurso dos Candidatos à Presidência da República do Brasil em 1989. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – UFRGS. p.11-13.

2 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Ao tomarmos um objeto de estudo tão rico e debatido quanto a política externa do país mais poderoso do mundo, faz-se necessária a delimitação e análise do quadro teórico a ser utilizado como diretriz para este trabalho. Com a intenção de ir além dos perigos da simplificação, e de eventuais ideias prontas resultantes de uma análise que toma por base o bipartidarismo estadunidense como pano de fundo para a abordagem da atuação externa daquele país, a escolha do principal referencial para este trabalho responde a algumas características específicas.

De sua posição de acadêmico, e também como atuante no debate da política externa do país, Walter Russel Mead¹³ oferece um retrato do período cujo recorte é proposto no presente trabalho. A proposta teórica de sua obra¹⁴ é resultado do período da rearticulação externa dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, e foi concluída poucos meses antes dos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001. Desta forma, aborda o período recortado para este trabalho como uma época ainda em aberto, estando sua análise livre de eventuais influências da nova página que os atentados escreveriam na história dos Estados Unidos.

Após retomar a história da atuação externa do país ao longo dos mais de dois séculos desde sua fundação, Mead propõe a categorização da política Estados Unidos em quatro correntes, ou escolas: a hamiltoniana, a wilsoniana, a jeffersoniana e a jacksoniana. Antes de expandir estas definições, vale levar em conta os princípios que nortearam o autor para chegar a esta divisão.

Em sua origem, a relação com a Inglaterra tem papel fundamental na construção da postura externa dos Estados Unidos. Este era visto como uma versão “potencializada” daquela. Enquanto a ilha inglesa se mantinha isolada dos conflitos do continente europeu por uma marinha forte e pelo Canal da Mancha, os Estados Unidos eram um continente protegido pelo oceano Atlântico. Para ambos, era positiva a manutenção de um equilíbrio de poder entre os países do continente europeu, sem que nenhum deles ganhasse predominância (valendo a metáfora de

¹³ Walter Russel Mead é acadêmico, professor e estudioso de política externa dos Estados Unidos, atuando como articulista e editor da revista *The American Interest*. Democrata, é conselheiro de política externa, atuando junto ao Conselho de Política Externa do Departamento de Relações Exteriores dos Estados Unidos.

¹⁴ MEAD, Walter Russel, in *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e sua influência no mundo*. Biblioteca do Exército: 2006.

“escorpiões em um pote”, segundo a qual nenhum deve ser tão poderoso a ponto de escapar do recipiente), o que eventualmente veio a ser desafiado pela Alemanha em dois trágicos conflitos globais.

Ponto fundamental é perceber a política externa como indissociável da política interna do país, sendo uma, muitas vezes, resultado direto da outra. Também fica apontado que, durante a maior parte de sua história, a política externa dos Estados Unidos esteve vinculada a seus objetivos econômicos.

Sendo o presente trabalho uma análise da política externa nos discursos ao Congresso e à nação, há de se levar em conta uma certa tendência ao desconhecimento da política externa por parte da população, de acordo com Mead, geralmente muito mais interessada nos assuntos internos. Ao mesmo tempo, o autor destaca a formação heterogênea do senado¹⁵, alvo presencial dos discursos, que traz dois representantes de cada estado do país, independente de seu peso político populacional ou ideológico, e acaba servindo como um âmbito que representa democraticamente cada parcela e estereótipo da população estadunidense.

O autor aponta outros dois aspectos fundamentais para o presente trabalho: os importantes silêncios da política externa — segredos de bastidores não são pronunciados em discursos, e omissões significam bastante —, e a supremacia do executivo nos assuntos externos dos EUA: com o Congresso tendo poderes limitados neste âmbito, a condução da política externa é o mais próximo que o presidente estadunidense chega de “possuir uma carta branca para governar”. Para Mead,

“As sociedades democráticas dependem de mitos: sem essa conveniente taquigrafia histórica - que comprime e simplifica questões políticas e acontecimentos extremamente complexos em ideias e imagens que os não-especialistas podem compreender e usar - o debate democrático simplesmente desapareceria.”

Com base nesses mitos enraizados na sociedade, a política externa dos Estados Unidos tomou forma em diferentes momentos de sua história. Nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, o “mito do isolacionismo virtuoso”, baseado em uma leitura tendenciosa do discurso de despedida de George Washington e na Doutrina Monroe que postulava “a América para os americanos”, preconizava o não-envolvimento dos EUA nos assuntos europeus. A reticência até a

¹⁵ O Congresso é formado pelo Senado, composto por 100 senadores, dois de cada estado, com mandatos de seis anos, e pela Câmara dos Representantes (*House of Representatives*) com 435 membros em mandatos de dois anos, representando proporcionalmente a população de cada estado.

intervenção na II Guerra e o saldo final do conflito, que colocou o país no centro do palco internacional levou à consolidação de um novo mito: o da Guerra-Fria, segundo Mead “uma mistura de fatos, interpretações e ficção”, apoiada em duas noções: a do “Eles”, indicando o comunismo como um bloco monolítico articulado em oposição aos EUA, o “Nós”; junto à ideia de “maioridade” da política externa dos Estados Unidos: uma vez que o mito do isolamento virtuoso não poderia ser apagado, a construção da ideia que um novo momento era chegado, no qual o mundo precisava dos EUA como protagonistas. A posição do país como credor das potências europeias arruinadas no pós-guerra foi fundamental para este passo, e para a consolidação do “mito da Guerra Fria”, que aglutinou os esforços externos do país em torno do antagonismo aos soviéticos.

No momento da escrita do livro, após o fim da Guerra Fria, durante a confusa década de 1990, e no início do século XXI, Mead apontava a necessidade da criação de um “novo mito” para direcionar claramente a política externa estadunidense. Os ataques de 11 de setembro parecem ter dispensado tal esforço, ao menos temporariamente.

2.1 As quatro correntes da política externa dos Estados Unidos

Para categorizar as abordagens à política externa do país, Mead buscou enfoques que podem ser rastreados até o início da história dos Estados Unidos e, claro, evoluíram ao longo do tempo, mas mantiveram suas identidades e orientações originais.

“O que parece acontecer é que nos Estados Unidos existe um conjunto de abordagens muito arraigadas para a política externa que instrui o processo democrático e assegura que o país termine por adotar, na maior parte do tempo, medidas que promovem seus interesses básicos. Essas abordagens - vamos chamá-las de “escolas” - surgem muito cedo na história estadunidense e, embora tenham evoluído em resposta às mudanças no cenário internacional e na sociedade norte-americana, mantiveram-se identificáveis ao longo dos séculos”.¹⁶

As escolas representam interesses básicos da sociedade estadunidense, e operam em diversos níveis. Não são posições monolíticas e excludentes, antes pelo contrário: se combinam e atuam diretamente na prática da política do país - não só na política externa, como na interna, levando em conta o fato já mencionado dos dois âmbitos serem intrinsecamente relacionados.

¹⁶ MEAD, p. 131.

Fundamental notar, também que as escolas não possuem vinculação direta ou definitiva com os dois expoentes do bipartidarismo em voga no país (apesar da existência de vários partidos “nânicos”), os partidos democrata e republicano. Apesar de maior identificação comum ou com outro em determinado momento da história, a presença da influência das escolas pode ser identificada em correntes internas a ambos os partidos.

A escola hamiltoniana vê como prioridade os interesses econômicos das atividades estadunidenses no exterior, e a liberdade no comércio entre os países como uma forma de garantia da paz. A escola wilsoniana tem na disseminação dos valores dos Estados Unidos seu objetivo principal. Podemos identificar em ambas escolas uma abordagem “globalista” dos interesses do país.

Por outro lado, enquadrando-se como escolas de abordagem “nacionalista” — embora, ressalte-se, passíveis de alianças com as anteriores em determinados aspectos — os jeffersonianos, que vêem a democracia dos Estados Unidos como algo frágil e cuja defesa deve ser prioridade, em oposição a gastos com intervenções e esforços no exterior; e os jacksonianos, corrente vista como populista, que carrega o belicismo e a noção de pátria e honra profundamente enraizados na população (não só do interior) dos Estados Unidos.

2.1.1 A escola hamiltoniana

Nomeada em referência a Alexander Hamilton¹⁷, a corrente hamiltoniana tem nos interesses comerciais e econômicos do país seu principal norte, e suas origens remontam à relação de disputas e alianças dos EUA com a Inglaterra. Duas ideias estão no centro de sua abordagem: o “interesse nacional” e o “equilíbrio de poder”.

Para os hamiltonianos, desde o início de sua história, o comércio deve definir os objetivos da política externa dos Estados Unidos. Mais que uma abordagem meramente capitalista, o comércio internacional é visto como potencial fator de paz entre as nações. A liberdade nos mares e o acesso dos Estados Unidos e seus produtos a todos os portos é algo a ser buscado e defendido - se necessário, pelo uso da força.

¹⁷ Alexander Hamilton (1755-1804), um dos *founding fathers* (líderes da revolução americana que assinaram a Declaração de Independência e formularam a Constituição dos Estados Unidos), foi o primeiro secretário do Tesouro dos Estados Unidos, no governo de George Washington.

Historicamente colocados contra os domínios coloniais e pela abertura de mercados, os hamiltonianos veem no fluxo de capitais entre todos os países a possibilidade de integração dos mercados financeiros, e em momentos definidores como a adoção do padrão ouro, em Bretton Woods, na organização internacional dos mercados de *commodities*, e na estabilidade financeira internacional, as garantias para os interesses do país.

Até a I Guerra, os hamiltonianos viam na sua “eterna” aliança com a Inglaterra a garantia de que não seriam atacados, refletindo a manutenção do equilíbrio de poder entre os “escorpiões” do continente europeu. Com o protagonismo resultante da II Guerra, e o novo antagonismo soviético,

“os hamiltonianos responsáveis pela política externa norte-americana procuraram alicerçar o mundo do pós-guerra na espontânea anuência dos Estados-membros.(...) Eles foram favoráveis ao desenvolvimento de poderosas forças militares para defender os vitais interesses norte-americanos, e à proporção que a ameaça soviética se tornava mais mortal, ajudaram a mobilizar a opinião pública para a longa e cruel Guerra Fria. Entretanto, na ausência de um ataque direto da União Soviética, os hamiltonianos de 1945 visualizaram e procuraram construir um sistema econômico mundial assentado principalmente na livre participação de Estados independentes.”

Com a eventual superação do inimigo soviético, os Estados Unidos chegaram ao final do século XX com a possibilidade de moldar uma “Nova Ordem Mundial” orientada pela economia. Junto com a escola wilsoniana, os hamiltonianos foram os principais responsáveis pela política externa dos Estados no pós-Guerra Fria, tanto durante o governo republicano de Bush¹⁸, quanto durante o mandato democrata de Clinton.

2.1.2 A escola wilsoniana

“A escola hamiltoniana é uma presença bem conhecida e aceita nas relações internacionais. Muito mais problemático, do ponto de vista da diplomacia convencional, é o traço wilsoniano do caráter nacional, um pensamento que insiste que os Estados Unidos têm o direito e o dever de mudar o comportamento do resto do mundo; e que podem e devem se preocupar não apenas com a maneira pela qual os outros países conduzem suas relações internacionais, mas, também, sua política interna.”¹⁹

¹⁸ George H. Bush, ou Bush Pai, presidente dos Estados Unidos entre 1989 e 1992, será referido simplesmente como “Bush”. Quando a referência for a seu filho, George W. Bush, presidente entre 2001 e 2008, utilizaremos seu nome completo, ou a alcunha de “Bush Filho”.

¹⁹ MEAD, p.196.

Para Mead, fica evidente que os preceitos wilsonianos e os hamiltonianos tiveram predominância na moldagem da política externa dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, e durante os anos 1990. A abordagem internacionalista de ambas as escolas encontrou um cenário favorável após o colapso do comunismo soviético, em um momento de abertura de mercados e redemocratizações em países da África e na América Latina.

Mas nessa “Nova Ordem Mundial” propalada por Bush, as escolas disputavam quais seriam suas diretrizes: um sistema global de cunho wilsoniano, baseado no alastramento dos princípios democráticos, ou um globalismo hamiltoniano, fundamentado em um sistema de comércio mundial e livre mercado. Para Mead, as raízes da escola wilsoniana²⁰ remetem diretamente à tradição missionária (atividades religiosas, missões de ajuda médica e humanitária em inúmeros conflitos e cenários de dificuldade espalhados pelo planeta) dos Estados Unidos, uma tradição cuja importância é subestimada.

“Um estudo imparcial da história missionária norte-americana provavelmente levaria à conclusão de que o pensamento multicultural e relativista tão característico dos Estados Unidos na atualidade deve muito de sua força social às inesperadas consequências do trabalho dos missionários no exterior.”²¹

Totalmente alinhada com a agenda dos direitos humanos, a escola wilsoniana parte de princípios claros: as democracias, mesmo imperfeitas, são melhores e mais confiáveis que outros sistemas que ficam a mercê de personalidades, tiranias e vontades militares. Além disso, uma democracia estável tem todas as condições para desenvolver-se economicamente, atendendo aos ideais hamiltonianos.

Além da promoção da democracia, o outro objetivo wilsoniano é a prevenção da guerra, considerada sempre brutal, custosa e destrutiva. A proposta do universalismo wilsoniano é levar todas as questões às instituições reconhecidas internacionalmente, como a Organização das Nações Unidas. Conforme Mead, “um sistema puramente wilsoniano substituiria a força pelo direito, no tribunal das nações”, uma proposta capaz de “agradar aos equatorianos e aos etíopes tanto quanto os estadunidenses”.

²⁰ Woodrow Wilson (1856-1924) foi o 28º presidente dos Estados Unidos, de 1913 a 1921, vencedor do Nobel da Paz em 1919 por seu trabalho pela Liga das Nações, um modelo preliminar do que viria a ser a Organização das Nações Unidas.

²¹ MEAD, p. 201.

Apesar da grande influência na construção da política externa dos Estados Unidos, os wilsonianos sofrem derrotas evidentes quando o país hipocritamente apoia regimes claramente avessos aos ideais propagados pela escola.

2.1.3 A escola jeffersoniana

Em uma carta do então presidente Thomas Jefferson²² a Alexandre I, recém entronado na Rússia, o mandatário estadunidense cumprimenta o líder russo como alguém “capaz de estender seu olhar e sua boa-vontade a uma distante e nascente nação, inofensiva em sua marcha e despreziosa em suas intenções”²³, referindo-se aos Estados Unidos. Para Mead, este é o tom da diplomacia jeffersoniana: definir seus interesses e evitar atritos.

Para os jeffersonianos, o papel do governo dos Estados Unidos deve ser a preservação da democracia. Ao contrário de hamiltonianos e wilsonianos, e a exemplo dos jacksonianos, os adeptos desta corrente não fazem concessões. Para eles, a política externa do país deve servir de instrumento para a defesa dos valores internamente, e não sua expansão para o restante do mundo.

Enquanto hamiltonianos e wilsonianos veem a necessidade de um governo central forte, os jeffersonianos temem os excessos que os vícios e burocracias que um estado demasiadamente grande pode trazer, transformando-se em inimigo da liberdade. Para esta escola, a Revolução Americana não foi concluída: enquanto todos os direitos sonhados não chegarem a todos os americanos, ela estará incompleta. Assim, os Estados Unidos devem ser exemplo para o restante do mundo, mas não deve esforçar-se além de suas fronteiras para implantar seu modelo.

Desta forma, são totalmente avessos às intervenções do país no exterior, e abominam a guerra. Esta é capaz de debilitar a saúde tanto da economia quanto da democracia do país. Nesta linha, para os jeffersonianos, a política externa deve contemplar os menores riscos à democracia, e os menores custos financeiros ao país. Para isso, lutam para que a Constituição dos Estados Unidos seja usada como referência para a postura do país também em âmbito internacional, e tentam limitar ao máximo o poder do executivo em tomadas de decisões de cunho bélico. Obra da corrente jeffersoniana é o “Ato dos Poderes de Guerra”, de 1773, que exige o consentimento do

²² Thomas Jefferson (1743-1826), considerado o principal autor da Declaração de Independência dos Estados Unidos, e terceiro presidente do país, de 1801 a 1809.

²³ MEAD, p. 267.

Congresso para o emprego de tropas do país em situações de perigo, de certo modo limitando os grandes poderes do presidente em questões militares.

Mead vê a perda de poder pela escola jeffersoniana ao longo do século XX como reflexo de sua relutância no envolvimento do país na II Guerra. Apesar disso, desastres como a Guerra do Vietnã, e o escândalo de Watergate, devolveram certa legitimidade às posições da escola dentro do cenário político do país.

2.1.4 A escola jacksoniana

“Uma maneira de perceber a diferença entre as duas escolas é reconhecer que ambas são defensoras das liberdades civis; ardorosamente vinculadas à Constituição e, especialmente, à Declaração dos Direitos do Cidadão; e profundamente comprometidas com a preservação das liberdades do norte-americano comum. Entretanto, enquanto os jeffersonianos revelam profunda devoção à Primeira Emenda, que protege a liberdade de expressão e proíbe a instituição de uma religião oficial, os jacksonianos enxergam a Segunda Emenda e o direito ao porte de armas como cidadelas da liberdade.”²⁴²⁵

Na escola jacksoniana está concentrado o estereótipo bélico e individualista do interior estadunidense. Valoriza a noção de “honra” e valores como a família monogâmica, o trabalho, o servir à pátria na guerra como um chamado. Os jacksonianos tem um aspecto pessimista e às vezes paranoico, apontando o ideário iluminista e progressista como anti-americano.

O “povão jacksoniano”, como Mead coloca, vê como única finalidade do governo servir ao “povo”. Este povo é a classe média, que deve ter suas necessidades atendidas, o que faz déficits, dívida pública e um governo perdulário monstros abominados. Pragmáticos para alguns, simplistas para outros, desconfiam quando um governante tem dificuldades em explicar uma denúncia de cunho político ou conjugal, ou para justificar a opção pela intervenção ou não-intervenção militar em determinada questão externa de maneira clara e segura.

As pessoas que gostam de retratar a política externa norte-americana sob a forma de deletéria mistura de ignorância, isolacionismo e irresponsável diplomacia de caubóis rápidos no gatilho normalmente estão pensando nas práticas jacksonianas. O populismo

²⁴ Conforme a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, "o congresso não deve fazer leis a respeito de se estabelecer uma religião, ou proibir o seu livre exercício; ou diminuir a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou sobre o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações por ofensas". Já a Segunda Emenda proclama que "sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser impedido".

²⁵ MEAD. p.311.

jacksoniano - que segundo alguns estudiosos da opinião pública estadunidense como Michael Lind, continua a ser a filosofia política mais amplamente aceita pelo conjunto da população - mostra-se mais forte no seio da massa das pessoas comuns do que entre a elite. Ele está mais fortemente enraizado no interior do país do que em qualquer uma das duas costas. E historicamente tem sido associado aos homens brancos protestantes das classes média e baixa, o componente menos refinado do amálgama político norte-americano da atualidade.

Apesar desse estereótipo bélico, é considerada nacionalista, e não globalista. Para os jacksonianos, a esfera internacional é desordenada e caótica, já que todos os demais países também devem possuir sua postura nacionalista e patriótica. Desta forma, os Estados Unidos devem manter-se permanentemente vigilantes e fortemente armados. O apoio desta corrente à Guerra Fria se deu somente quando sentiram-se realmente desafiados pela “ameaça comunista”.

Mas para o jacksonianos, qualquer ameaça ao país deve ser enfrentada imediata e energicamente. Qualquer intervenção do país no exterior deve empregar força total, e trazer resultados imediatos. A relutância e a espera por desdobramentos em organismos internacionais desagrada fortemente o imediatismo jacksoniano.

2.1.5 A política externa dos EUA na “Nova Ordem Mundial”

O final da Guerra Fria trouxe novos desafios, e a dificuldade em encontrar referências claras para o balizamento da política externa estadunidense. Se Fukuyama previu erroneamente o “fim da história”²⁶, Huntington respondeu projetando os desafios que adviriam do choque de civilizações²⁷. Uma coisa estava clara: na Nova Ordem Mundial negociada por Gorbachev e Bush, a linguagem da Guerra Fria não servia mais para nortear a política externa dos Estados Unidos.

Nos quarenta anos, de 1949 a 1989, apesar de questões pontuais divergentes na condução da política externa do país, existia um consenso na contenção do comunismo soviético como melhor estratégia para os interesses estadunidenses. No novo cenário do pós-Guerra Fria,

²⁶ Em artigo publicado em 1989 na revista *The National Interest*, o cientista político estadunidense Francis Fukuyama identifica na queda da União Soviética e no fim da Guerra Fria o próprio “fim da história”, valendo-se da noção hegeliana do termo, ao apontar a escolha do modelo democrático-liberal como o definitivo pelas sociedades humanas.

²⁷ O estadunidense Samuel Huntington discorda de Fukuyama em artigo de 1993 para a revista *Foreign Affairs*, apontando que as identidades culturais e religiosas dos diferentes povos do mundo seriam a fonte primária de conflitos no mundo pós-Guerra Fria.

na busca de palavras para descrever os alinhamentos que começavam a se formar, comentaristas e políticos aos poucos passaram a empregar termos como “internacionalista” e “isolacionista”, retirados da linguagem mais antiga, pré-Guerra Fria, para explicar os novos debates em torno da política externa norte-americana. Outras probabilidades de crescente presença nas discussões incluíam a controvérsia entre os enfoques “multilateralista” e “unilateralista”, e as abordagens classificadas como “de livre comércio” e “protecionista”, nos assuntos de comércio regional e mundial.”²⁸

Para Mead, o fim do antagonismo soviético colocou a política externa dos Estados Unidos de volta às referências do período “isolacionista” de 1919 a 1941, e provocou uma retomada na importância do debate entre a abordagem das escolas no novo cenário mundial que se apresentava.

Num primeiro momento, o sentimento de vitória era do globalismo dos wilsonianos e hamiltonianos. Aqueles, representados por intelectuais, centros de estudos, ONGs que espalhavam pelo mundo os ideais do universalismo. Os hamiltonianos, celebrando a retomada da iniciativa privada no terceiro mundo e no antigo bloco comunista, com economistas delimitando e celebrando o cenário de livre comércio e globalização. De sua parte, jeffersonianos e jacksonianos também viam com bons olhos o fim da Guerra Fria, e a possibilidade de redução dos compromissos internacionais assumidos pelo país nas últimas décadas.

No entanto, a pujança globalista do início da década de 1990 foi o embrião de sua própria decadência ainda antes dos anos 2000. O que frustrou a esperança tanto de hamiltonianos quanto de wilsonianos foram fatores intrínsecos às suas crenças. Segundo Mead, a própria *Pax Americana* ofereceu condições de reestruturação econômica e industrial de potências como Alemanha e Japão a ponto de torná-los novamente competidores dos Estados Unidos. A migração de empregos para mercados com mão de obra subvalorizada em meio a “enxugamentos” e reestruturações, e o enfraquecimento do estado no livre mercado foram golpes no otimismo hamiltoniano que previa uma economia estadunidense robusta. Blocos comerciais como NAFTA e ALCA, além da consolidação da OMC, atendiam aos interesses da escola, mas a pauta comercial foi se enfraquecendo ao longo da década. Para o povo, a manutenção de seus empregos era mais importante que a consolidação das leis de livre comércio pelo mundo. Em contraste com o início da década, a globalização chegava ao final dos anos 90 como algo claramente impopular.

Para os idealistas wilsonianos, o fim do comunismo parecia confirmar a ideia de Fukuyama, de que a história chegava ao fim, e a escolha pela democracia liberal era a definitiva

²⁸ MEAD, p. 366.

feita pelas sociedades humanas. O projeto da escola era inicialmente auxiliar na transformação democrática da velha União Soviética, para depois assistir a derrocada final dos focos comunistas e assistir a ascensão democrática na Ásia, sobretudo na China. O plano também incluía a consolidação das democracias na América Latina e na África do Sul, para posterior expansão rumo a outros países africanos. Mead também aponta os esforços na agenda wilsoniana em fortalecer os tribunais internacionais, a ONU, a sociedade civil e os movimentos feministas.

No entanto, apesar de sucessos pontuais, os wilsonianos aprenderam a duras penas as dificuldades em utilizar o idealismo como estratégia de convencimento. Apesar de sucessos localizados em algumas de suas agendas, fracassos evidentes nos projetos democráticos para a Rússia e China, e a grande dificuldade em articular o apoio à intervenção na Iugoslávia em 1999 valendo-se de justificativas humanitárias, abalaram o ímpeto e a credibilidade das propostas wilsonianas. Mead vê que

“Ao final do século XX, os wilsonianos estavam começando a compreender que as principais restrições à sua capacidade de erigir a ordem global há tanto tempo idealizada não se originavam da atuação de potências externas hostis, mas, sim, das limitações de sua própria influência política nos Estados Unidos.”²⁹

Paralelamente, as escolas nacionalistas que viam sua importância diminuir no início da década de 1990 - refletindo o sucesso na Guerra do Golfo e o período de crescimento econômico —, passaram a ganhar peso e preponderância à medida que o século chegava ao fim. Jacksonianos apoiaram inicialmente a Guerra do Golfo como maneira de “conter o caos” no exterior, mas após o ímpeto inicial, não viam mais motivo para a intervenção. Além disso, ficaram frustrados com manutenção de Saddam Hussei no poder. A crise econômica no final da década deu razão aos nacionalistas jeffersonianos, indicando que o correto a fazer seria limitar os esforços no exterior, e preocupar-se com a situação interna que se agravava.

Com o esgotamento e as armadilhas encontradas pelas abordagens wilsoniana e hamiltoniana durante uma década em que predominaram nos mandatos de dois presidentes, Bush e Clinton, mesmo que de partidos diferentes, a eleição de 2000 trouxe um componente da política externa como crucial para sua definição. No sistema de delegados que praticamente limita a disputa aos *swing states*, estados cuja disputa entre democratas e republicanos sempre é acirrada e indefinida, a postura de Bill Clinton ao devolver o garoto Elián Gonzales ao seu pai em Cuba,

²⁹ MEAD, p. 400.

desgostou o eleitorado latino da Florida, e custou votos decisivos a Al Gore, em uma apuração polêmica até os dias de hoje.

A eleição de Bush filho, com contornos claramente jacksonianos, destacou os excessos do globalismo de Clinton, apontando intervenções desgastantes no Kosovo e pouco produtivas no Haiti, e criticando os impopulares FMI e Banco Mundial. A linha jacksoniana do governo de Bush Filho interpretava o momento como a possibilidade de os Estados Unidos consolidarem uma poderosa hegemonia econômica e militar internacional, independente dos inconfiáveis organismos internacionais. Por outro lado, o secretário de estado Collin Powell representava a corrente jeffersoniana, buscando limitar as demandas externas do país, conservar as alianças já conquistadas, e focar na manutenção do *status quo* favorável.

Desta maneira, após apresentar os conceitos a serem utilizados nesta proposta de trabalho, e traçando um panorama específico do período abordado segundo as diretrizes escolhidas, no próximo capítulo passamos efetivamente ao esforço de análise do *corpus* discursivo selecionado.

3 A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NOS DISCURSOS SOBRE O ESTADO DA UNIÃO

Anualmente, o presidente dos Estados Unidos faz um discurso ao Congresso apresentando sua visão sobre a situação geral do país, bem como suas prioridades e propostas ao legislativo para o próximo ano. Amparado em uma recomendação constitucional que sugere que o mandatário da nação “de tempos em tempos dê ao Congresso informações sobre o estado da União, e recomende à sua consideração as medidas que ele julgar necessárias e pertinentes”³⁰, consolidou-se a tradição do discurso sobre o estado da União. Desde 1790, tal ritual repete-se em intervalos aproximados de um ano.

A tradição de discursos presenciais vem da era moderna, incentivada por Woodrow Wilson (de 1913 a 1918, com problemas de saúde impedindo o pronunciamento nos dois últimos anos de seu mandato), e de 1933 aos dias atuais, com exceções pontuais³¹. Durante o século XIX até o início do século XX, o presidente costumava entregar uma extensa carta aos membros do Congresso, contendo suas impressões, julgamentos e perspectivas sobre o país.

Os últimos cinco presidentes estadunidenses (Reagan, Bush, Clinton, Bush Filho e Obama) fizeram pronunciamentos ao Senado poucos dias após tomarem posse da Casa Branca. Tecnicamente, esses discursos não são os “discursos sobre o estado da União” previstos pela Constituição, mas são considerados entre estes para fins de análise, já que suas demais características são idênticas.

Apesar de a Constituição não especificar uma data para tal, por tradição, estes pronunciamentos geralmente acontecem nos últimos dias de janeiro de cada ano. As transcrições destes discursos estão amplamente disponíveis em diversos sites especializados em análise política, atrelados ou não ao governo dos Estados Unidos.³²

Na sequência, o presente trabalho se valerá das diretrizes apresentadas pelo referencial teórico no estudo da política externa dos Estados Unidos para a análise dos pronunciamentos

³⁰ Artigo II, Seção 3 da Constituição dos Estados Unidos da América.

³¹ Truman (1946 e 1953, Eisenhower (1961), Nixon (1973) e Carter (1981), deixaram mensagens escritas ao Congresso. Roosevelt (1945) e Eisenhower (1956) leram seus discursos em rede nacional de rádio.

³² Neste trabalho, utilizaremos como referência os discursos transcritos pelo *The American Presidency Project*, da *University of California Santa Barbara*, um centro online de dados, informações e estudos para pesquisas sobre a história da presidência dos Estados Unidos disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu>. Originais em inglês. Nossa tradução.

selecionados. Vale ressaltar que tal análise, ainda que voltada à abordagem da política externa do país nos discursos, também levará em conta aspectos internos tidos como complementares àquela, conforme as quatro escolas propostas por Mead, aceitando o fato de que em muitos âmbitos, política interna e externa se entrelaçam e são indissociáveis.

3.1. George Bush (1989-1992)

1989

“Somos uma nação que olha para frente - generosa, sim, mas ambiciosa, não apenas por nós, mas por todo o mundo. Complacência não está em nosso caráter. Não antes, não agora, nem nunca.”³³

Em seu primeiro discurso ao Congresso, três semanas após assumir a Casa Branca, o tom de George Bush é de algum otimismo, mas com caráter prioritariamente de enfrentamento ao cenário econômico. Apontando o quadro de dificuldade no discurso de Reagan oito anos antes, na mesma casa, a prioridade parece ser apresentar ao Congresso — e à nação, como forma de pressão ao legislativo — a necessidade de aprovação de reformas no âmbito fiscal para combater o déficit no orçamento sem aumento de impostos. Segundo ele, a arrecadação de US\$ 80 bilhões naquele ano viria sem aumento de impostos, e o desafio seria empregar a soma corretamente.

O crescimento econômico traz empregos e esperança. O crescimento econômico nos permite pagar por programas sociais. O crescimento econômico aumenta a segurança da nação, e impostos baixos criam o crescimento econômico(...) Acredito que temos obrigações com os necessitados, mas o governo não deve ser o responsável primário por coisas que o setor privado pode produzir melhor(...) Acredito que a família e a fé representam a bússola moral da nação.”

Ao indicar o crescimento econômico como fator capaz de garantir a segurança do país, Bush alinha-se diretamente ao discurso hamiltoniano. Já os comentários seguintes, em relação à dependência ao governo como algo negativo e a valores morais, carregam um tom claro de “povão jacksoniano”, para usar a expressão de Mead.

Prometendo o aumento nas verbas destinadas ao programa espacial do país, Bush afirma que as pretensões dos Estados Unidos não refletem uma ambição, mas sim o “destino” da nação. Na mesma linha de discurso sobre a “liderança” do país no cenário internacional, Bush promete

³³ Discurso em sessão do Congresso no dia 09 de fevereiro de 1989, três semanas após sua posse, denominado “Objetivos da Administração”, não considerado oficialmente um discurso sobre o estado da União.

destacar o vice-presidente Quayle para uma força tarefa destinada ao aumento da competitividade e produtividade do país no cenário hamiltoniano de livre competição global.

Entre suas prioridades neste primeiro discurso, a preocupação com a educação. Prometendo ser o “presidente da educação”, e convidando os congressistas a serem o “Congresso da educação”, Bush lamenta a informação de que alunos não conseguem localizar o país no mapa, e afirma que não haverá tolerância à mediocridade, prometendo um programa de recompensa de US\$ 500 milhões às melhores escolas.

Valendo-se de um expediente comum em debates e pronunciamentos naquele país, o presidente cita uma carta recebida de uma mãe da Pennsylvania, lamentando o vício do filho em cocaína. Uma vez que a Guerra Fria está encerrada, o assunto serve de gancho para Bush buscar a mobilização do país em outra guerra.

“Meus amigos, aquela voz pedindo ajuda pode ser a voz de seu vizinho, de seu amigo, de seu próprio filho. Mais de 23 milhões de americanos usaram drogas ilegais no último ano, um custo alarmante para o bem-estar de nossa Nação. Que este seja lembrado como o momento que a América se levantou e disse não às drogas. A devastação causada pelas drogas deve ser interrompida. E estou pedindo nesta noite pelo aumento de quase um bilhão de dólares em orçamento para ampliar a guerra contra as drogas. Esta guerra deve ser levada a todos os fronts. Nosso novo czar das drogas, Bill Bennett, e eu estaremos lado a lado na liderança que o executivo terá nessa missão.(...) Meu orçamento pede por uma promotoria forte, para um novo ataque ao crime organizado e a aplicação de sentenças duras - e para os piores chefões, isso significa pena de morte.”

O trecho é um exemplo claro do pragmatismo jacksoniano na ideia de mobilização interna, guerra total e irrestrita, tolerância zero e punição definitiva aos inimigos. O aspecto nacionalista do discurso prossegue, com referências à necessidade de investimentos na luta contra a AIDS, na ampliação da cobertura da previdência médica (Medicaid) e na preocupação com a melhora nas condições de vida dos idosos e desabrigados do país.

Se até então a política externa parecia esquecida, na segunda metade do discurso, pode-se notar o protagonismo do tema. Inicialmente, Bush faz uma breve menção à questão porto-riquenha, defendendo o direito daquele povo em determinar seu futuro político e sua relação com os Estados Unidos através de um referendo.

Voltando a um contexto de Guerra Fria, o presidente afirma que o país está mais forte que estava em 1980 (período da transição do democrata jeffersoniano Carter para o republicano wilsoniano Reagan), e destaca que “não pode mais haver dúvidas de que a paz fica mais assegurada através da força. E quando a América é mais forte, o mundo é mais seguro”. Com esta

abordagem, ele lembra que, apesar do aumento da força, o orçamento do Pentágono foi reduzido nos quatro anos anteriores, e que maiores cortes na defesa não podem ser tolerados. No entanto, admite o congelamento por mais um ano dos gastos, como forma de limitar o déficit no orçamento. E critica, em tom bem-humorado (pela transcrição, risos são indicados), o “microgerenciamento” do Congresso em questões militares (medida jeffersoniana mencionada no capítulo anterior).

“Assegurar um mundo mais pacífico é talvez a mais importante prioridade que gostaria de abordar nesta noite. Vocês sabem, chegamos a um momento de extraordinária esperança. Nunca antes neste século nossos valores de liberdade, democracia e oportunidade econômica foram forças tão poderosas e intelectualizadas em todo o mundo. Nunca antes nossa liderança foi tão crucial, porque enquanto a América tem seus olhos no futuro, o mundo tem seus olhos na América.”

Talvez nenhum trecho do pronunciamento reflita tanto os pressupostos da escola wilsoniana quanto este. A disseminação dos valores (considerados) estadunidenses pelo mundo segue como foco. Quando finalmente a União Soviética é mencionada, os termos “prudência e bom senso” são usados para definir a expectativa por mudanças naquele país. Bush afirma estar comprometido pessoalmente com o Secretário Gorbachev e que, ao fim deste período de “revisão”, os EUA estarão prontos para “seguir em frente”, sem perder a oportunidade de trabalhar pela paz. Apesar disso, lembra que os soviéticos ainda possuem um grande arsenal bélico à disposição de “objetivos que ainda estão seguidamente em confronto com os nossos”. Por isso, sugere que as mudanças sejam levadas a sério, mas sendo “realistas, e sempre fortes”. Bush também aborda a questão das armas químicas, que seguindo ele devem ser banidas e nunca mais utilizadas, e a necessidade de nortear a diplomacia do país no esforço contra a proliferação das armas nucleares.

“Por todo o mundo, devemos continuar sendo os melhores amigos da liberdade. Devemos permanecer firmes pela auto-determinação e democracia na América Central, inclusive na Nicarágua.(...) Devemos reforçar a aliança das democracias industriais, a força mais sólida para a paz que o mundo já viu. E esta é uma aliança forjada pela força de nossos ideais, não a tacanhice de nossas diferenças. Então, vamos elevar nossa visão por sobre as brigas a respeito de hormônios na carne de gado, para construir um futuro melhor, para mover-se do protecionismo para o progresso.”

Em mais um trecho que evidencia a abordagem globalista que Bush propõe para a política externa estadunidense, desta vez o tom é hamiltoniano, priorizando a questão comercial e a importância dos livres mercados, da aliança com outras potências econômicas como forma de

manutenção da paz. No mesmo tom, o presidente toca em um ponto que trazia grande expectativa ao final da Guerra Fria: os rumos da China. Lembrando seu período como representante dos Estados Unidos no país asiático, um otimista Bush celebra “os ventos de democracia que estão criando nova esperança e a força dos mercados livres que libertam uma nova força” naquela região do Pacífico.

De maneira geral, no primeiro discurso de George Bush podemos perceber uma abordagem pragmática e direta aos temas da política interna do país, revelando um tom jacksoniano que, conforme Mead, agrada exatamente ao público que prioriza as questões internas e dá pouco relevância ao ambiente externo. Por outro lado, quando o foco de seu discurso volta-se à política externa, em um momento de expectativa pelos capítulos finais do antagonismo soviético, a abordagem de Bush é amplamente globalista, priorizando a noção wilsoniana do papel dos Estados Unidos como disseminador de seus valores e de seu modelo, mas sem deixar desatendida a proposta hamiltoniana de aliança, incentivo e propagação do livre mercado entre as democracias liberais do planeta como melhor caminho para a manutenção da paz.

1990

“Por mais de 40 anos, a América e seus aliados mantiveram o comunismo em cheque, e asseguraram que a democracia continuasse a existir. E hoje, com o comunismo desmoronando, nosso objetivo deve ser assegurar o avanço da democracia, tomar a liderança na construção da maior esperança de paz e liberdade: uma grande e crescente comunidade de nações livres.”³⁴

Se em seu primeiro discurso, no ano anterior, George Bush foi mais discreto e priorizou tópicos referentes à política interna dos Estados Unidos, para só em um segundo momento abordar assuntos externos, em 1990 se viu o contrário. A tônica do discurso foi o momento internacional de transformações, e um tom de vitória e comemoração pela “reação em cadeia”, denominada por Bush como a “Revolução de 89”. Comparando o “singular” momento histórico ao cenário do pós-Guerra de 1945, Bush usou boa parte do discurso sobre o estado da União de 1990 para listar as transformações ocorridas no mundo nos doze meses anteriores.

Começou pelo Panamá, “uma democracia onde meses antes existia uma ditadura”, e prometeu o retorno das tropas estadunidenses alocadas no país. Citou Lech Walesa, líder do

³⁴ Discurso feito ao Congresso dos Estados Unidos na noite de 31 de janeiro de 1990.

movimento polonês Solidariedade, que de perseguido, viria a se tornar governante da Polônia, a exemplo de Vaclav Havel, na Tchecoslováquia.

“E um ano atrás, Erich Honecker da Alemanha Oriental alegou que a história era seu guia, prevendo que o Muro de Berlim duraria mais cem anos. Hoje, menos de um ano depois, é o Muro que virou história. São eventos marcantes - eventos que realizam as tão aguardadas esperanças do povo americano; eventos que validam os duradouros objetivos da política americana, uma política baseada em um único e reluzente princípio: a causa da liberdade. América, não apenas uma nação, mas uma ideia, viva nas pessoas em todos os lugares. Conforme este novo mundo toma forma, a América se coloca no centro de um crescente círculo de liberdade - hoje, amanhã, e rumo ao novo século.”

Em uma evidente apologia ao universalismo missionário wilsoniano, Bush prossegue com os elogios ao modelo americano, sem esquecer de contemplar os interesses econômicos hamiltonianos aos nomear os pilares da sociedade estadunidense: “democracia, competição, oportunidade, investimento privado, diligência e, é claro, liderança”.

Voltando-se brevemente às questões internas, Bush aborda temas como o mercado de trabalho, a necessidade de corte em impostos, o estímulo ao crédito e aos investimentos, e novamente ressalta a urgência dos investimentos em educação. Interessante notar que sua principal justificativa para o enfrentamento destas questões é a necessidade de aprimoramento da competitividade do país para o duro enfrentamento da concorrência internacional nos mercados livres, destacando o trabalhador norte-americano como o mais produtivo do mundo, e os produtos “Made in USA” como referência mundial em qualidade.

Bush retomou rapidamente a temática externa, mencionando que “aqui mesmo em nosso hemisfério, é o momento dos povos das Américas do Norte e Sul viverem em liberdade”, ampliando o desejo de democracia e livre mercado para o Extremo Oriente e África. Voltando à questão Guerra Fria, admitiu que a “ameaça militar soviética” estava diminuindo na Europa, mas criticou a falta de modernização estratégica dos russos, legitimando que os EUA mantivessem sua modernização ofensiva e sua iniciativa de defesa estratégica,

“Mas a hora é certa para avançarmos em um acordo convencional de controle de armas para chegarmos a níveis apropriados de forças militares na Europa. Consultei os líderes da Otan. Inclusive, conversei por telefone com o presidente Gorbachev ainda hoje. Concordo com nossos aliados europeus que a presença militar americana é essencial, e não deve ser vinculada exclusivamente à presença militar soviética no leste europeu. Mas nosso volume de tropas pode ser menor. Então, esta noite estou anunciando um grande passo para uma maior redução de tropas soviéticas e dos EUA no centro e leste da Europa para 195 mil homens de cada lado. Este número (...) mantém a estratégia de defesa da OTAN. Uma rápida conclusão para nosso diálogo sobre controle de

armamentos - convencionais, químicos e estratégicos - deve agora ser nosso objetivo. E este momento chegou.”

Neste sentido, o ideal wilsoniano de utilização de instâncias internacionais para a negociação é contemplado. Já o interesse jeffersoniano de uma crescente limitação dos compromissos estadunidenses com o exterior chega a ser abarcado na questão de redução de tropas e armamentos, mas fica prejudicado quando a estratégia de manutenção de posições no exterior é confirmada.

1991

“Venho a essa casa do povo para falar a vocês e todos os americanos, certo de que estamos em um momento de definição. Do outro lado do mundo, estamos envolvidos em uma grande luta nos céus, nos mares e nas areias. Sabemos por que estamos lá: somos americanos, parte de algo maior que nós mesmos. Por dois séculos, trabalhamos duro pela liberdade. E hoje, lideramos o mundo no enfrentamento a uma ameaça à decência e à humanidade. O que está em jogo é mais que um pequeno país; é uma grande ideia: uma nova ordem mundial, onde diversas nações se unem por uma causa comum para alcançar aspirações universais da humanidade - paz e segurança, liberdade, e o respeito à lei. Este é um mundo digno de nossa luta e digno do futuro de nossas crianças.”³⁵

Os valores wilsonianos de defesa da liberdade em todo o mundo deram as cartas no discurso de Bush no início de 1991. Poucos dias antes, os Estados Unidos iniciaram a operação *Desert Storm*, uma guerra contra o Iraque de Saddam Hussein como resposta à sua invasão e anexação do Kuwait iniciada no mês de agosto de 1990. Bush foi praticamente didático ao citar a cronologia que levou ao conflito.

Na estrutura geral de seu discurso, o presidente iniciou abordando de imediato a questão da Guerra no Golfo, para após isso fazer um giro rápido por outras questões internacionais em aberto, mencionou tópicos da política interna, para ao final novamente justificar a ação estadunidense no Oriente Médio.

Bush aponta que, “com poucas exceções”, naquele momento o mundo se via unido, com 28 países unindo forças para combater o “estupro sistemático” de Saddam a um vizinho pacífico, após 12 resoluções das Nações Unidas, iniciadas pelo pedido de retirada das tropas iraquianas do Kuwait.

Citando o fim Guerra Fria como “uma vitória para toda a humanidade”, Bush coloca a liderança dos Estados Unidos como fundamental para que naquele momento a Alemanha estar

³⁵ Discurso feito ao Congresso dos Estados Unidos na noite de 29 de janeiro de 1991.

reunificada. A questão da violência no processo de independência dos países bálticos também é rapidamente citada, com referência à necessidade de continuidade nos diálogos entre as lideranças dos Estados Unidos e União Soviética, que ajudaram a “moldar essa e outras mudanças históricas”.

“Por dois séculos, a América serviu ao mundo como um exemplo inspirador de liberdade e democracia. Por gerações, a América liderou as lutas para preservar e estender a bênção da liberdade. E hoje, em um mundo que muda rapidamente, a liderança americana é indispensável. Os americanos sabem que a liderança traz fardos e sacrifícios. Mas também sabemos por que as esperanças da humanidade se voltam para nós. Nós somos americanos; nós temos a singular responsabilidade de fazer o trabalho duro pela liberdade. E quando fizemos, a liberdade funciona.”

A seguir, quando o foco são assuntos referentes à política interna do país, Bush parece seguir à risca o protocolo nacionalista de jacksonianos e jeffersonianos, exaltando que o individualismo e a livre iniciativa do cidadão são mais eficazes que o estado, no qual a burocracia é a principal vilã. Em um momento de cenário econômico negativo, Bush critica o pessimismo, lembra que desde 1981 foram criados 20 milhões de empregos e que os Estados Unidos ainda possui uma economia duas vezes maior que seu principal concorrente naquele momento - o Japão.

A perspectiva hamiltoniana, até então deixada em segundo plano no discurso de 1991, aparece quando a melhora econômica é atrelada à competitividade no país nos mercados internacionais. Bush menciona a perspectiva de sucesso nas negociações comerciais do GATT, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que desde 1986 tinha sua rodada no Uruguai, e que posteriormente levou à criação da Organização Mundial de Comércio (OMC). Também são citadas as negociações com o vizinho México, e a intenção de criar uma zona de livre-comércio em todo o continente, o que redundaria anos mais tarde nos projetos de NAFTA e ALCA.

Mas o momento era de explicações e justificativas sobre a Guerra no Golfo. Retomando o tema, Bush explicita o caminho que levou o país à guerra, dizendo que trabalhou duro para evitar o conflito.

Por mais de cinco meses, nós - junto à Liga Árabe, a Comunidade Europeia, as Nações Unidas - tentamos todos os caminhos diplomáticos. O Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar; os presidentes Gorbachev, Mitterrand, Ozal, Mubarak e Bendjedid; os reis Fahd and Hassan; os primeiro-ministros Major e Andreotti - para nomear alguns - todos trabalharam por uma solução. Mas novamente, Saddam Hussein claramente rejeitou o caminho da diplomacia e da paz.

Sobre a situação no momento, Bush aponta que a capacidade do Iraque em manter a guerra está sendo destruída, e que “os investimentos, treinamentos e planejamento valeram a pena”. Deixando claros os objetivos do país na região, Bush enumera: retirar os iraquianos do Kuwait, e restaurar seu governo legítimo, para “assegurar a estabilidade e segurança desta região crítica”. Finalmente a importância estratégica da região é citada:

“A maior parte dos americanos sabe instintivamente por que estamos no Golfo. Eles sabem que precisamos parar Saddam agora, não depois. Eles sabem que este ditador brutal fará de tudo, usará qualquer arma, cometerá qualquer ultraje, não importa quantos inocentes sofram. Eles sabem que devemos assegurar que o controle do petróleo não caia em suas mãos apenas para financiar mais violência. Eles sabem que precisamos construir uma paz nova e duradoura, baseada não em corridas armamentistas e confrontos, mas em princípios comuns e o juízo da lei. E todos sabemos que nossa responsabilidade em sermos os deflagradores da paz na região não acaba com o sucesso na conclusão desta guerra.”

Mais que a preocupação hamiltoniana de guiar-se pelos interesses econômicos do país no exterior, dessa vez a face do pragmatismo jacksoniano dá o tom do discurso. Os jacksonianos não se importam com os ideais wilsonianos de justiça e paz norteando e causando gastos ao país no exterior. Se a questão são os interesses do país, a guerra terá total apoio do “povão jacksoniano”. Como coloca Mead, a defesa do suprimento de petróleo da nação é algo muito sensível a esta corrente, marcada pela crise de suprimento e disparada nos preços do combustível nos anos setenta.

“A propaganda acerca das supostas barbaridades cometidas pelos iraquianos no Kuwait não motivou os jacksonianos a irem à guerra, o mesmo acontecendo com os argumentos de ordem jurídica relativos às obrigações impostas aos norte-americanos pela Carta das Nações Unidas. Esses argumentos servem para arregimentar a coragem dos wilsonianos, levando-os a assumir um compromisso do qual não podem recuar. Os jacksonianos não ligam para isso. Eles teriam apoiado a Guerra do Golfo, mesmo se não existisse a Carta das Nações Unidas e mesmo se o Kuwait fosse ainda mais corrupto e repressivo.”³⁶

A questão com os custos econômicos da guerra, sempre um tópico importante tanto a jeffersonianos quanto a jacksonianos, foi levado em conta. De fato, a Arábia Saudita foi a principal financiadora do esforço militar dos Estados Unidos no Golfo. Bush indica que apenas nos primeiros três meses de 1991, R\$ 40 bilhões de dólares foram compromissados ao país para a sequência da operação no Golfo. E justifica os esforços, apontando o país como o único no planeta com “moral” e condições para “organizar as forças de paz”.

³⁶ MEAD. p. 340.

Essa nação nunca encontrou glória na guerra. Nosso povo nunca quis abandonar as bênçãos de casa e trabalhar por terras distantes em conflitos mortais. Se lutamos com raiva, é por precisarmos lutar. E todos imaginamos um mundo no qual nunca mais teremos que lutar.

Próximo do desfecho de um marcante pronunciamento, quase uma justificativa endereçada aos jeffersonianos, tão esquecidos naquele momento da política estadunidense.

1992

“Nos reunimos hoje em um momento dramático e profundamente promissor na história para o homem na Terra. Nos últimos doze meses, o mundo conheceu mudanças de proporções quase bíblicas. E mesmo agora, meses após um golpe fracassado que acabou com um sistema fracassado, não tenho certeza que absorvemos todo o impacto, toda a importância do que aconteceu. Mas o comunismo morreu este ano. Mesmo como presidente, com a mais fascinante posição privilegiada, houve momentos em que estive tão ocupado gerenciando o progresso e ajudando a promover mudanças, que nem sempre mostrei a alegria que estava em meu coração. Mas a maior coisa que aconteceu no mundo em minha vida, em nossas vidas, é isso: com a graça de Deus, a América venceu a Guerra Fria. Nesta noite quero falar das mudanças que podem acontecer em nosso país, agora que podemos parar de fazer os sacrifícios que fizemos quando tínhamos um inimigo declarado que era uma superpotência. Agora podemos olhar para casa ainda mais, e nos movermos para consertar o que precisa ser consertado.”³⁷

No início de um ano eleitoral e no que viria a ser seu último discurso sobre o estado da União, George Bush de novo prioriza amplamente o cenário internacional, e finalmente declara a vitória do país na Guerra Fria. Seu marco é a ascensão de Boris Yeltsin à presidência da Federação Russa em um momento de esfacelamento da União Soviética, e o fracasso na tentativa de golpe para tirá-lo do poder em agosto do ano anterior.

Naquele momento, Bush faz dois agradecimentos: a todos os soldados americanos que lutaram as guerras durante o período, citando nominalmente a Coreia e o Vietnã e, o que é sintomático, ao contribuinte dos Estados Unidos que financiou todas essas lutas do país. Celebra então o fato de pela primeira vez em 35 anos o sistema de bombas estratégicas estar desligado, e de as crianças não precisarem ter treinamentos de prevenção contra ataques aéreos nas escolas, “escondendo-se embaixo de cadeiras e cobrindo suas cabeças para o caso de guerra nuclear”.

O tópico volta-se rapidamente para a Guerra do Golfo, iniciada e finalizada ainda no ano anterior, quando

³⁷ Discurso proferido ao Congresso na noite de 28 de janeiro de 1992.

“em 40 dias nos céus do deserto e 4 dias por terra, os homens e mulheres das forças armadas e nossos aliados atingiram os objetivos que declarei e que vocês apoiaram: nós libertamos o Kuwait. Logo depois, o mundo árabe e Israel sentaram para conversar séria e compreensivamente sobre a paz, uma primeira vez histórica”.

Mead lembra o grande incômodo causado por conflitos não concluídos aos jacksonianos. A rápida retirada do Golfo, sem a derrubada de Saddam, foi frustrante para a escola. Da mesma forma, o fato de a União Soviética nunca ter sido efetivamente destruída pelos EUA é algo que perturba o pragmatismo jacksoniano. Neste discurso, Bush tenta dar contornos finais a ambos confrontos, indica que o bem pode vir do “uso prudente da força”, e celebra que “um mundo antes dividido em duas frentes armadas agora reconhece apenas uma potência dominante, os Estados Unidos da América”.

Como recurso para voltar-se aos assuntos internos, o presidente faz o clássico uso de uma carta emotiva, desta vez enviada por uma viúva de um piloto morto no Golfo. Ela aponta que justificará a seus filhos que “seu pai foi para a guerra porque era a coisa certa a ser feita”. Bush concorda, e passa então para a questão da redução nos gastos militares, medida planejada por ele dois anos antes, mas que agora “pode ser acelerada com o fim do comunismo imperial”. Assim, o presidente lista uma série de medidas, como o cancelamento da compra de 20 caças, de mísseis de longo alcance, da produção de bombardeiros B-2, mísseis balísticos em alto-mar, e o fim do programa de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM). E, levando em conta o encontro que teria com Yeltsin dias depois, listou cortes ainda mais profundos, atrelados ao otimismo na negociação com o presidente russo para uma contrapartida similar. Segundo Bush, essas medidas poupariam 50 bilhões de dólares nos cinco anos seguintes.

Após apresentar medidas de limitação de gastos e compromissos do país no exterior, uma das principais bandeiras jeffersonianas, Bush faz um adendo que praticamente define as diferenças entre o idealismo wilsoniano — ainda que combinado ao modelo jacksoniano de defesa dos interesses do país a qualquer custo — e o isolacionismo jeffersoniano.

“Existem aqueles que dizem que agora podemos dar as costas ao mundo, que não temos papel especial, ou lugar especial. Mas nós somos os Estados Unidos da América, o líder do Oeste que se tornou o líder do mundo. E enquanto eu for presidente, continuarei a liderança no apoio à liberdade em todos os lugares, não por arrogância, não por altruísmo, mas pela segurança de nossas crianças. Isto é fato: o uso da força na busca pela paz não é um vício; e o isolacionismo na busca por segurança não é uma virtude.”

Na segunda metade de seu discurso, Bush volta-se definitivamente ao front interno, focando em questões econômicas: apesar de uma desaceleração na inflação, “aquela ladra”, e nos

juros, o desemprego era um problema. Propondo algumas soluções vagas, com base na ideia de “libertar a economia”, encorajando as pessoas a fazerem investimentos, pois “pessoas livres fazem grandes coisas”, Bush também pediu ajuda ao Congresso para alterar legislações relativas a impostos, ao mercado imobiliário, e ao orçamento geral, visando temas como educação, competitividade e a reforma do sistema previdenciário e de saúde (optando abertamente por um modelo de reforma no sistema privado, em detrimento a um modelo mais próximo da nacionalização do sistema) — questões que apareceram também nos três discursos dos anos anteriores.

O nacionalismo jeffersoniano aparece quando Bush frisa a necessidade de redução de gastos do governo, e os valores jacksonianos são ressaltados quando Bush descreve “o problema em nossas cidades” como reflexo da “dissolução das famílias”. Em um tom bem humorado (risos são registrados no discurso), admitiu as dificuldades de passar suas propostas em um ano eleitoral, mas pediu a união de todos pelo país.

Em um mandato cujas políticas foram claramente norteadas e justificadas pelos ideais do universalismo wilsoniano e pelos interesses hamiltonianos, Bush utiliza um espaço proporcionalmente menor em seus discursos para as questões domésticas. Essas questões internas desatendidas tiveram responsabilidade em sua derrota eleitoral no final daquele ano, quando, além de perder muitos votos para o bilionário independente Ross Perrot, viu o democrata Bill Clinton chegar à Casa Branca. Como aponta Mead,

“George H. Bush deixou de colher ganhos políticos duradouros com a vitória na Guerra do Golfo porque a opinião jacksoniana, tradicionalmente avessa a guerras limitadas, indignou-se com a paz inconclusiva. “Saddam Hussein ainda está empregado! E você?”, dizia um decalque de para-choques na campanha de 1992.”³⁸

3.2 Bill Clinton (1993-2000)

1993

Em um contraste evidente com os quatro discursos de George Bush, o primeiro discurso de Bill Clinton ao Congresso³⁹, dias após sua posse, focou quase que exclusivamente em questões

³⁸ MEAD. p. 247.

³⁹ Discurso em sessão do Congresso no dia 17 de fevereiro de 1993, dias após sua posse, denominado “Objetivos da Administração”, não considerado oficialmente um “Discurso sobre o Estado da União”.

internas. As exceções são menções ao orçamento de defesa, em cuja proposta prevê novos cortes, e ao cenário externo de competitividade dos mercados, que exigiria investimentos específicos em educação e reaproveitamento de mão de obra qualificada após cortes em programas militares avançados.

O foco inicial do pronunciamento é o fraco cenário econômico, o desemprego, e a necessidade de enfrentamento ao déficit orçamentário do país. O plano proposto por Clinton segue em três frentes: a criação de emprego, o aumento no potencial de investimento via redução do déficit e da taxa de juros, e o aumento de impostos para acima das faixas de 180 mil e 250 mil dólares anuais (apenas 1,2% das famílias) e para empresas com ganhos acima dos 10 milhões de dólares anuais.

Nos breves momentos em que aborda o cenário externo, a linha de Clinton tem contornos hamiltonianos de prioridade aos interesses econômicos do país.

Estamos no limiar de um novo século, e sabemos que o crescimento econômico depende como nunca da abertura de novos mercados externos e na expansão do volume no comércio mundial. Assim, insistiremos em regras de comércio justas como parte de uma estratégia econômica mundial para expansão comercial, incluindo a conclusão bem sucedida da última rodada de conversas sobre o comércio mundial, e o sucesso na conclusão do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) com salvaguardas apropriadas para nossos trabalhadores e para o ambiente.

Mas para Clinton, todas as medidas de apoio à economia podem fracassar caso a prioridade não seja uma reforma profunda no sistema de saúde do país. O presidente aponta que, em 1992, o sistema de saúde utilizou 14% da arrecadação do país, número que chegaria a 20% no ano 2000 caso reformas não fossem feitas. Ao mesmo tempo, a cobertura estava cada vez menor, e muitas pessoas não eram atendidas. Isso se explicava pelo ritmo de aumento nos custos de saúde. Para Clinton, se esses custos fossem trazidos para próximos da inflação, centenas de bilhões de dólares seriam economizados, e a capacidade de investimento no setor privado seria mais beneficiada que em qualquer cenário de corte de impostos.

Quando o assunto é educação, o discurso é muito similar ao de seu antecessor, George Bush, enfatizando a necessidade de preparar as crianças estadunidenses para um mundo de economia global e competitiva. Clinton vê necessidade de alterações na legislação do seguro-desemprego, e sugere a contratação do desempregado pelo estado após dois anos. A seguir, o presidente aborda o que considera ser uma crise de confiança da população do país nas instituições de Washington, assunto que o leva à proposta de uma política de corte de gastos.

Em questão relacionada à política externa, o corte nos gastos com a defesa, Clinton vê a necessidade de reestruturar as forças militares para enfrentar “as novas ameaças do mundo pós-Guerra Fria” com a responsabilidade de garantir que os estadunidenses mantenham a melhor, mais bem equipada e treinada força militar do planeta como marco limite para as reduções de orçamento.

“Ainda temos responsabilidades em todo o mundo. Somos a única superpotência do planeta. Este ainda é um momento de perigos e incertezas, e devemos às pessoas de uniforme a garantia de que atenderemos à defesa nacional e suas necessidades e interesses. Amparado por uma defesa nacional eficiente e uma economia mais forte, nossa nação estará preparada para liderar um mundo desafiado em todos os lugares por conflitos étnicos, pela proliferação de armas de destruição em massa, pela revolução democrática global e pelos desafios à saúde de nosso meio ambiente”

Agora em um tom de universalismo wilsoniano praticamente ausente em todo o restante do discurso, Clinton começa a demonstrar um novo direcionamento aos desafios que a política externa dos Estados Unidos deseja endereçar como prioridades após a Guerra Fria, e efetivamente acaba o fazendo: conflitos localizados, étnicos, e a possibilidade da produção de armas de destruição em massa por governos e facções cujo controle pelos norte-americanos é difícil ou limitado.

1994

“Nos reunimos esta noite em um mundo de mudanças tão profundas e rápidas, que coloca em teste todas as nações. Nossa herança americana sempre foi lidar com maestria frente à mudança, usando-a para expandir as oportunidades em casa e nossa liderança no exterior. Mas por muito tempo e de muitas maneiras, essa herança foi abandonada, e nosso país ficou à deriva.”⁴⁰

A exemplo de 1993, Clinton prioriza questões internas em 1994 no seu discurso ao Congresso, e faz uma retrospectiva negativa ao apontar que a vida familiar no país se deteriora há 30 anos, que os salários estão estagnados há 20 anos, e que durante os 12 anos anteriores ao seu mandato, uma falsa sensação de crescimento econômico foi resultado de um déficit de orçamento quadruplicado. Clinton também acusa que na gestão anterior, entre 1989 e 1992, o crescimento foi o pior em meio século.

Nesta linha, faz um balanço positivo do seu primeiro ano de governo, e agradece ao Congresso — então com maioria democrata — por ter aprovado medidas que cortaram o déficit

⁴⁰ Discurso sobre o Estado da União proferido ao Congresso na noite de 28 de janeiro de 1994.

em meio trilhão de dólares, aumentando o imposto apenas para os mais ricos. Além disso, Clinton cita a regulamentação da *Brady Law*, legislação que intensificava o controle de armas, e a aprovação da zona de livre comércio da América do Norte (NAFTA), pelo Congresso. O tom do discurso segue na linha da necessidade de reformas orçamentárias, corte de gastos e incentivo à economia. Clinton promete enviar ao Congresso no mês seguinte uma proposta de corte de custos em 300 programas, a extinção de outros 100 e uma reforma na maneira como o governo compra produtos e serviços.

O front externo é citado como território a ser explorado nesse projeto de recuperação econômica, com novas menções ao NAFTA e ao GATT⁴¹. Além disso, novos cortes em gastos com defesa militar são assinalados, como medida para redirecionar fundos para investimentos na economia interna.

De volta à política interna, os dois principais assuntos trabalhados por Clinton naquela noite foram a questão do seguro desemprego, e novamente, a “inevitável e imperativa” necessidade de enfrentar a reforma do sistema público de saúde. “Não podemos ter um seguro desemprego que seja mais atrativo que o próprio trabalho”, diz Clinton, ao referir-se que muitos estadunidenses mantinham-se desempregados para ter um plano de saúde que não teriam caso estivessem empregados. Novamente, uma emotiva carta é citada, expondo a história de uma família que foi à bancarrota por não conseguir cobrir seus gastos médicos.

Quando entra no tópico política externa, Clinton descreve um momento promissor de acordos com a Rússia, garantindo que ambos os países deixariam de apontar seus mísseis estratégicos entre si, e que ao invés de construírem armas, os russos ajudariam os americanos na construção da estação espacial internacional. Mas o cenário externo não é totalmente positivo:

É claro, ainda existem perigos no mundo: a proliferação de armas, amargos conflitos regionais, tensões étnicas e nacionalistas em muitas novas democracias, severa degradação ambiental, e fanáticos que tentam destruir cidades pelo mundo com o terror. Como a maior potência do mundo, devemos, portanto, manter nossas defesas e responsabilidades.

Sendo estes os novos desafios dos Estados Unidos, Clinton fala sobre sanções a países que abrigam terroristas, em acordos para o fim do arsenal nuclear em Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão, e de negociações com trinta países para interrupção de testes nucleares.

⁴¹ Acordo Geral de Tarifas e Comércio, posteriormente substituído pela Organização Mundial de Comércio (OMC).

Em agradecimento às tropas do país em missões na Bósnia e na Somália, Clinton garante que fará o possível para manter o exército estadunidense o melhor, mais bem treinado e equipado do mundo, negando todos os pedidos de cortes mais profundos no orçamento militar.

“No final, a melhor estratégia para garantir nossa segurança e construir uma paz duradoura é apoiar o avanço da democracia em todos os lugares. Democracias não atacam umas às outras. Elas são melhores parceiras em comércio e diplomacia. Por isso apoiamos, eu e vocês, as reformas democráticas nos demais estados do antigo bloco soviético.”

Clinton então celebra a possibilidade de uma Europa unida pela primeira vez, com base no respeito pela “democracia, pelos mercados livres, e pelas fronteiras existentes”, e a possibilidade de cooperação entre países do antigo bloco comunista, especialmente Polônia e Tchecoslováquia, em acordo com a OTAN para manter a segurança na região.

A histórica reunião entre o palestino Yasser Arafat e o israelense Yitzhak Rabin, ocorrida em Washington no ano anterior é lembrada por Clinton, mas este se mantém realista quanto à “longa estrada” até os acordos de paz na região. O presidente também faz um pedido à China por “sinais” mais claros de melhora na questão dos direitos humanos no país. O presidente resume sua política externa, como aponta Mead, amplamente dominada por tendências wilsonianas e hamiltonianas.

Alguns em nosso país argumentam que com o fim da guerra fria, a América deve dar as costas para o resto do mundo. Muitos no mundo temeram que realmente fizéssemos isso. Mas assumi este cargo com um juramento sem tendência partidária, de manter nossa nação segura ao mantê-la ligada ao resto do mundo. E este ano, devido ao nosso trabalho conjunto, criando a NAFTA, mantendo nossa força militar forte e preparada, apoiando a democracia lá fora, reafirmamos a liderança da América, e seu engajamento. E, como resultado, os americanos estão mais seguros do que estavam antes.

O movimento claro de Clinton é justificar as ações externas do país como medidas para melhorar a situação doméstica. E é para as questões domésticas que o presidente novamente ruma, ao final de seu discurso, dando destaque à citada *Brady Law*, e à necessidade novas legislações de prevenção e combate à violência.

1995

Um ano depois, Bill Clinton novamente inicia seu discurso dando total prioridade aos aspectos domésticos de seu governo. O pronunciamento de 1995 ao Congresso⁴², renovado nas eleições de 1994 — e agora com maioria republicana — foca amplamente na necessidade de redução dos gastos e da burocracia governamental. Apesar de celebrar uma melhora na economia, com a criação de seis milhões de empregos desde sua posse, o presidente vê um desgaste na relação entre o povo e o governo e, ao lembrar o *New Deal*⁴³, propõe um novo acordo entre os americanos, que ele define como *New Covenant*⁴⁴. A ideia de Clinton é preparar a economia dos Estados Unidos para um período pós-industrial, onde novas tecnologias, informação e a necessidade de novas habilidades e flexibilidade definirá quem será protagonista no mercado internacional. Falando contra os *lobbies* e por um governo menor e mais eficiente, o presidente lembra os cortes que fez em 300 programas, poupando US\$ 250 bilhões e cortando até 250 mil pessoas entre funcionários públicos. Clinton lista as características de sua redução, e alfineta as promessas não cumpridas de governos anteriores — republicanos, tidos como muito mais afeitos aos cortes nos gastos e à redução do tamanho do estado que os democratas.

Novamente, as questões do seguro desemprego — que “deve ser uma segunda chance, não um meio de vida” — da reforma no sistema público de saúde, e da legislação de combate a crimes ganham destaque. Clinton também propõe um aumento no salário mínimo de US\$ 4,25 a hora, que no ano seguinte se tornaria o mais baixo em 40 anos.

Interessante notar que, enquanto a política externa segue com seu discurso alinhado ao universalismo wilsoniano e ao expansionismo hamiltoniano, no front interno Clinton direciona sua política ao agrado dos nacionalistas jeffersonianos. A possibilidade de cortes e realocação dos recursos de seguro desemprego via governos estaduais, assim como a redução da estrutura burocrática federal para o combate ao crime e a distribuição de verbas com este fim diretamente para as comunidades, são dois exemplos claros da mentalidade jeffersoniana, que vê na descentralização de poder e verbas, e na redução da importância e do papel da União, o sucesso para a manutenção da democracia. Já os jacksonianos se vêem incomodados com medidas como a *Brady Law*, que traz restrições à venda e ao porte de armas.

⁴² Discurso sobre o Estado da União proferido ao Congresso na noite de 24 de janeiro de 1995.

⁴³ Programa de medidas e reformas econômicas do presidente Franklin Roosevelt entre 1933 e 1936, como enfrentamento às consequências da Grande Depressão.

⁴⁴ Novo Acordo, ou Nova Aliança, em tradução aproximada.

Pela primeira vez após três discursos sobre o Estado da União, Clinton aborda a necessidade de políticas de controle mais eficaz da imigração. “Somos um país de imigrantes, mas também somos um país de leis”, diz ele. O presidente dá como exemplo a necessidade de ajuda dos Estados Unidos à crise econômica do México, que colocava em riscos milhares de empregos dentro dos Estados Unidos e poderia aumentar o volume de imigrantes buscando entrar no país ilegalmente.

Novamente a política externa tem espaço secundário no discurso de Clinton. O presidente celebra que, pela primeira vez desde a Guerra Fria, no momento daquele discurso sobre o estado da União não existiam armas russas apontadas para os Estados Unidos. Apesar disso, Clinton afirma que não é momento para abandonar o *front* externo, pois “nossa segurança ainda depende de nossa continuada liderança mundial para a paz e a democracia. Não podemos ser fortes em casa se não formos fortes lá fora”.

Em um tópico que se mostra crescente ao longo dos anos, Clinton promete encaminhar ao Congresso uma legislação que amplia a atuação no combate ao terrorismo, tanto dentro quanto fora do país, mencionando a condenação em 1994 dos responsáveis pelo atentado à bomba no World Trade Center no início de 1993, e um outro atentado terrorista acontecido dias antes em Israel, que matou 19 pessoas. Ao lamentar, Clinton promete seguir trabalhando pela paz em Israel e no Oriente Médio, e afirma que “os terroristas representam o passado, não o futuro”. O presidente lembra ter assinado, na noite anterior, uma ordem para bloqueio de bens de organizações terroristas no país, e conclama as “nações que amam a liberdade” a combater o terrorismo. Em seguida, recorda os significativos cortes em gastos de defesa feitos nos anos seguintes ao fim da Guerra Fria, e pela primeira vez pede ao Congresso a aprovação de um aumento na verba militar, na cifra de US\$ 25 bilhões para os seis anos seguintes.

1996

No discurso de 1996⁴⁵, Clinton pela primeira vez inicia por um tópico internacional: agradece aos soldados americanos em ação naquele momento para “ajudar a paz a criar raízes na Bósnia”. Mas rapidamente volta-se aos tópicos internos.

⁴⁵ Discurso sobre o Estado da União proferido ao Congresso na noite de 23 de janeiro de 1996.

Em um pronunciamento muito similar ao do ano anterior, Clinton celebra a melhor condição econômica dos últimos trinta anos, e a criação de 8 milhões de empregos desde o início de sua gestão. Mas volta a apontar a necessidade de redução do estado e de seu aparato burocrático. Novamente, o presidente aborda o que considera uma crise nos valores familiares, e sugere medidas como a criação do “Vchip”, um dispositivo que permite aos pais controlarem o que seus filhos assistem na televisão, além de programas para redução do índice de gravidez em adolescentes. A questão do seguro-desemprego também volta à cena. Clinton vê avanços nos debates, mas desafia o Congresso a oferecer uma legislação que incentive as pessoas a saírem do seguro-desemprego e procurarem trabalho. A educação segue vista como prioridade e fator diferencial para o sucesso do país no novo cenário mundial, e a necessidade da educação continuada como caminho para a produtividade e o crescimento é contemplada. O salário mínimo continuava o mesmo que Clinton criticara no discurso ao Congresso no ano anterior, e a necessidade de aumento foi novamente apresentada. A reforma do sistema de saúde seguiu sem grandes avanços em relação ao ano anterior, e o presidente a coloca em status de urgência. Questões ambientais, com legislações específicas contra a poluição de águas, do ar, e o uso de pesticidas nas lavouras também são mencionadas, e o combate ao crime, presente nos anos anteriores em seu pronunciamento, também é destacado por Clinton, cuja proposta de 1994 previa a colocação de 100 mil novos policiais nas ruas, com um terço desse total já efetivado até o início de 1995. Para mostrar mão forte no combate ao crime, Clinton nomeia durante o discurso o “novo czar” no combate às drogas, o veterano da Guerra do Golfo, General MacCaffrey.

Numerando suas prioridades, Clinton finalmente chega ao sexto objetivo estratégico, e só então menciona o papel dos Estados Unidos no cenário internacional, em um texto praticamente igual ao do ano anterior:

“Nosso sexto desafio é manter a liderança da América na luta pela liberdade e paz pelo mundo. Devido à liderança americana, mais pessoas do que nunca vivem livres e em paz. E os americanos estão vivendo há 50 anos em paz e prosperidade. (...) Em todo o mundo, mesmo após a Guerra Fria, pessoas ainda nos veem e confiam na nossa ajuda para encontrar a benção da paz e da liberdade. Mas conforme a Guerra Fria fica apenas na memória, vozes do isolamento dizem que a América deve se retrair de suas responsabilidades. Eu digo que eles estão errados. As ameaças que enfrentamos hoje como americanos não respeitam as fronteiras da nação. Pense nelas: o terrorismo, o alastramento das armas de destruição em massa, crime organizado, tráfico de drogas,

ódio étnico e religioso, agressão por estados vilões⁴⁶, degradação ambiental. Se não encararmos essas ameaças hoje, sofreremos as consequências em todos os nossos amanhãs. É claro, não podemos fazer tudo. Mas onde nossos interesses e nossos valores estão em risco, e onde pudermos fazer a diferença, a América deve liderar. Não devemos ser isolacionistas. Não podemos ser a polícia do mundo. Mas podemos e devemos ser o principal responsável pela paz no mundo.”

Clinton volta a justificar a necessidade de manter a defesa alerta e forte, a diplomacia ativa, e relembra que naquele momento não existem mais mísseis russos apontados para os EUA. Seguindo o panorama mundial, celebra o fim da ditadura no Haiti, o congelamento do programa nuclear norte-coreano, e, simultaneamente a abertura de diversos mercados no exterior para os produtos estadunidenses, o que colocava o crescimento das exportações acima do ritmo das importações. E prossegue:

Continuamos com aqueles que se arriscam pela paz: na Irlanda do Norte, onde crianças católicas e protestantes agora dizem aos seus pais que a violência não deve voltar; no Oriente Médio, onde árabes e judeus, que antes pareciam destinados a lutar para sempre, agora compartilham conhecimento, recursos e até mesmo sonhos. E nos mantivemos em posição pela paz na Bósnia. Lembrem-se dos prisioneiros, das valas de cadáveres, da campanha de estupros e torturas, das filas intermináveis com refugiados, da ameaça de uma guerra que se alastrava. Todas essas ameaças, todos esses horrores agora começam a dar lugar à promessa de paz. Agora nossas tropas, e uma OTAN fortalecida, junto aos nossos novos parceiros da Europa Central e outras regiões, estão ajudando a consolidar esta paz(..) Com estes esforços, melhoramos a segurança do povo americano, mas não se enganem: importantes desafios continuam.”

Apesar do foco totalmente econômico/hamiltoniano ao longo de seu discurso, inclusive celebrando a abertura de novos mercados em novas democracias, a justificativa de Clinton para a intervenção na Bósnia é trabalhada pelo viés do universalismo de valores wilsoniano. E, a cada ano, a temática terrorista ganha espaço nos discursos ao Congresso.

Lembrando o que aconteceu naquele metrô no Japão, podemos proibir para sempre o gás venenoso se o Senado ratificar a Convenção de Armas Químicas neste ano. Podemos intensificar a luta contra terroristas e o crime organizado em casa e lá fora se o Congresso aprovar a legislação antiterrorismo que propus após o bombardeio da cidade de Oklahoma, agora. Podemos ajudar mais pessoas a passarem do ódio para a esperança em todo o mundo conforme nosso interesse, se o Congresso oferecer os meios para nos mantermos o líder mundial para a paz.

⁴⁶ NT. “*Rogue States*”, no original. Jargão utilizado como referência aos países considerados ameaças à paz mundial pelos Estados Unidos, acusados pela característica de suas ditaduras, de fornecer abrigo a terroristas, ou de produzir de armas de destruição em massa.

Após isso, a agenda doméstica é retomada até o fim do pronunciamento, com foco similar ao do ano anterior, incluindo o maior combate à imigração ilegal e novas promessas de um estado menor e mais eficiente. O predomínio dos tópicos domésticos neste discurso pode também ser atribuído ao ano eleitoral que se iniciava, no qual questões internas tinham maior relevância frente a um quadro internacional relativamente tranquilo.

1997

Valendo-se dos quatro anos de crescimento econômico, Clinton foi reeleito com certa tranquilidade ao final de 1996, batendo o republicano Bob Dole tanto na contagem geral dos votos populares, quanto no colégio eleitoral⁴⁷. Celebrando o quadro positivo, o presidente faz novamente um discurso similar ao do ano anterior, focado em propostas de política interna e tópicos recorrentes.

“Não enfrentamos nenhuma ameaça iminente, mas temos um inimigo. O inimigo de nosso tempo é a inação. Por isso, nesta noite, faço uma chamada à ação: ação por este Congresso, ação por nossos Estados, por nosso povo, para preparar a América para o século XXI; ação para manter nossa economia e nossa democracia fortes, e trabalhando por todo nosso povo; ação para fortalecer a educação e alavancar as forças da tecnologia e ciência; ação para construir famílias e comunidades mais fortes, e um meio-ambiente mais seguro; ação para manter a América como a principal força mundial para a paz, liberdade e prosperidade; e, acima de tudo, ação para construirmos aqui uma União mais perfeita.”⁴⁸

O roteiro é muito parecido com o do ano anterior: sucesso na economia, necessidade de cortes no orçamento, continuidade nas reformas no seguro-desemprego, no sistema público de saúde e o combate ao crime e à imigração ilegal. Dessa vez, Clinton coloca claramente a educação como prioridade nos próximos quatro anos de seu mandato, com orçamento de US\$ 51 bilhões para a área no ano seguinte. A política externa parecer ter lugar garantido apenas no terço final de seus discursos.

“Para preparar a América para o século XXI, devemos controlar as forças de mudança no mundo e manter a liderança norte-americana forte e garantida por tempo indeterminado. Cinquenta anos atrás, uma América de visão de longo prazo ajudou a criar as instituições

⁴⁷ Clinton obteve 49,2% dos votos totais, contra 40,7% de Bob Dole e 8,4% de Ross Perot. No colégio eleitoral, Clinton obteve 379 votos, contra 159 de Dole.

⁴⁸ Discurso sobre o Estado da União proferido ao Congresso na noite de 04 de fevereiro de 1997.

que asseguraram a vitória na Guerra Fria e construíram um mundo de crescimento econômico. Como resultado, hoje mais pessoas do que nunca abraçam nossos ideais e compartilham nossos interesses. Já desmantelamos muitos dos blocos e barreiras que dividiam o mundo de nossos pais. Pela primeira vez, mais pessoas vivem em democracias que em ditaduras, incluindo todas as nações em nosso hemisfério, exceto uma, e seu dia também chegará.”

Clinton então celebra os avanços na construção de uma Europa unificada, e prevê a adesão à OTAN de nações anteriormente inimigas, sobretudo pela construção de uma relação estável com a Rússia. A seguir, o tópico é o Oriente, e impressiona o pragmatismo hamiltoniano de Clinton ao justificar que a prosperidade dos Estados Unidos exige atenção à região onde “americanos lutaram três guerras neste século”, e da qual “dois milhões de empregos nos Estados Unidos dependem”. Assim, Clinton projeta diálogos com a China, para onde viajaria em seguida, e também aborda a necessidade de acordos entre as duas Coreias, sobretudo na questão da segurança e do desmantelamento do programa militar norte-coreano.

“O povo americano deve prosperar na economia global. Trabalhamos para derrubar barreiras para criar bons empregos em casa. Me orgulho em dizer que hoje a América é novamente a nação mais competitiva e a principal exportadora do mundo. Agora devemos expandir nossas exportações para a Ásia e a América Latina, duas das regiões que mais crescem no mundo, ou seremos deixados para trás enquanto essas novas economias emergentes forjam novos laços com outras nações.”

A ajuda econômica ao México é lembrada, e Clinton comemora que os EUA já tenham recebido o pagamento da dívida com lucro de US\$ 500 milhões. Intervenções no Oriente Médio, Haiti, Irlanda do Norte e África são brevemente citadas, a exemplo do ano anterior. Conforme Clinton, “correr riscos pensados pela paz evita a necessidade de entrarmos em conflitos muito mais custosos mais tarde”, e lembra a questão Bósnia: Clinton celebra que “a matança no país acabou”, e agora, sob a liderança da OTAN, a reconstrução e a reconciliação no país se acelerariam.

Da mesma maneira que em 1996, o tópico política externa é finalizado com menções à continuidade de acordos com os russos acerca do controle dos arsenais nucleares, e dos acordos internacionais pelo controle de armas químicas. Neste último tópico, pede celeridade ao Congresso na aprovação do acordo, para que o país não perca a chance de liderar o processo.

1998

“Durante 209 anos, tem sido tarefa do presidente reportar a vocês sobre o estado da União. Devido ao trabalho duro e aos grandes objetivos do povo americano, o momento é bom para a América. Temos mais de 14 milhões de novos empregos, o menor desemprego em 24 anos, a menor inflação em 30 anos; os salários estão crescendo; e temos a maior taxa de propriedades de imóveis na história. O crime caiu para o recorde de cinco anos consecutivos, e a folha do seguro desemprego é a menor em 27 anos. Nossa liderança no mundo não tem rivais. Senhoras e Senhores, o estado da União é forte.”⁴⁹

Em 1998, a estrutura do discurso de Clinton é majoritariamente similar à dos dois anos anteriores. Iniciando por uma recapitulação positiva do cenário econômico e das conquistas desde o início de seu mandato, sobretudo em relação ao mercado de trabalho, o presidente volta a questões como o tamanho do estado, o aumento do salário mínimo, as reformas no seguro-desemprego e no sistema de saúde e os investimentos na educação. Interessante notar que os valores familiares, alvo de grande atenção nos discursos anteriores, são agora mencionados apenas *au passant*. Dias antes, veio a público o relacionamento do presidente com a estagiária da Casa Branca Monica Lewinski, um escândalo que se estendeu por diversos meses.

Clinton comemora que o país tenha encontrado uma “terceira via”, entre os que consideram o estado “um inimigo” e os que consideram o estado “a resposta para tudo”. “Hoje temos um governo menor, mas uma nação mais forte”, declara, para depois expor o grande número de cortes em pessoal e em orçamento governamental. Em meio às questões econômicas, Clinton novamente defende uma postura ofensiva do país frente ao cenário de economia global, contando os 240 acordos comerciais com outros países nos cinco anos anteriores, e a responsabilidade das exportações por um terço do crescimento econômico estadunidense. Como argumento aos temores de que países que não respeitam questões ambientais e trabalhistas possam obter vantagens frente aos EUA, Clinton ressalta as instâncias internacionais em que isso deve ser resolvido, destacando o combate ao trabalho infantil.

O cenário externo de economias interligadas e, portanto, suscetíveis às crises que podem se alastrar de uma a outra, é mencionado com referência à Tailândia, Indonésia e Coreia. A necessidade de novos acordos com América Latina, Europa, Ásia e África, em meio a um auxílio de estruturação do Fundo Monetário Internacional também é justificada pela manutenção do

⁴⁹ Discurso sobre o Estado da União proferido ao Congresso na noite de 27 de janeiro de 1998.

potencial de mercados alinhados à capacidade de exportação dos Estados Unidos, e assim garantir o emprego de milhões de americanos.

Quando a política externa do país volta ao foco, novamente no terço final do pronunciamento, Clinton coloca de novo os Estados Unidos como o país que possui “o poder e o dever de construir uma nova era de paz e segurança”. E nomeia os inimigos que considera perigosos naquele momento: o extremismo nacionalista, os terroristas, os criminosos internacionais e os traficantes de drogas — todos estes se beneficiando das novas tecnologias e do livre fluxo da informação às portas do novo século. Como estratégia de defesa, Clinton confia na construção de “novas regras internacionais para a estrada rumo ao século XXI, protegendo os que se juntam à família e isolando quem não o faz”. Assim, pede ao Senado que aprove a entrada da Hungria, Polônia e República Tcheca na OTAN — que “durante 50 anos conteve o comunismo e manteve a Europa e a América seguras”, e que naquele momento crescia com países anteriormente comunistas “dizendo sim à democracia”. O presidente também previa a aproximação do organismo com Rússia e Ucrânia.

No principal tópico do cenário externo naquele momento, a intervenção militar na Bósnia, Clinton faz um agradecimento às tropas que visitou recentemente no país — onde já pôde ver crianças brincando pelas ruas de Sarajevo, “cena inimaginável dois anos antes” —, e a promessa de manter as forças militares sempre bem equipadas e treinadas. Passando à questão de acordos internacionais para o fim da produção de armas de destruição em massa e dos testes nucleares, um velho conhecido do país volta ao foco.

“Saddam Hussein gastou a maior parte da década e da riqueza de seu país não ajudando os iraquianos, mas desenvolvendo armas nucleares, químicas e biológicas, assim como mísseis para lançá-las. Os inspetores de armas das Nações Unidas fizeram um grande trabalho em encontrar e destruir mais do arsenal iraquiano do que havia sido destruído durante toda a Guerra do Golfo. Agora, Saddam Hussein quer impedi-los de completar sua missão. Falo agora em nome de todos nessa câmara, republicanos e democratas, quando digo a Saddam Hussein: “Você não pode desafiar o mundo”, e quando digo: Você usou armas de destruição em massa antes. Estamos determinados a impedir que você volte a usá-las novamente.”

Nas entrelinhas, Clinton aponta resultados melhores no combate a Hussein pelos meios internacionais, e não na intervenção unilateral de seu antecessor Bush. No ano anterior o Senado havia ratificado a convenção pelo controle de armas químicas, e agora Clinton deseja maior

efetividade também no controle internacional de armas biológicas, projetando a cooperação internacional nesses tópicos.

Cada vez mais estamos trabalhando com outras nações para alcançar objetivos comuns. Se quisermos que a América lidere, devemos ser um bom exemplo. Como vemos claramente na Bósnia, aliados que compartilham nossos objetivos também podem compartilhar os fardos. Nessa nova era, nossa liberdade e independência são enriquecidas por nossa crescente interdependência com as outras nações. Mas devemos fazer a nossa parte.”

Clinton volta a questões internas, entre elas a necessidade de cortes nos gastos de campanhas eleitorais na mídia. Em seu discurso, ainda comenta os avanços na construção da espacial internacional e nas políticas para conter os efeitos nocivos dos gases que provocam o efeito estufa, indicando o comprometimento do país frente ao mundo em cortar suas emissões.

Além de ficar claro um padrão, inclusive na estrutura dos discursos de Clinton, nota-se que a abordagem de questões internas é predominante. Quando tópicos internos são o foco, a atuação externa do país é vinculada à política hamiltoniana de expansão de mercados, o que garante a manutenção de milhões de empregos dentro das fronteiras do país. Quando o foco passa ao detalhamento da intervenção política e militar no exterior, Clinton se vale do universalismo wilsoniano, e invariavelmente atrela a atuação do país à legitimação por organismos internacionais, como a ONU e a OTAN.

1999

“Hoje venho diante de vocês para informar que a América criou a mais longa expansão econômica em tempos de paz de nossa história, com cerca de 18 milhões de novos empregos, salários subindo mais que o dobro da taxa de inflação, a maior taxa de propriedade de casas da história, a menor folha de pagamentos de seguro desemprego em 30 anos, e o menor desemprego em tempos de paz desde 1957. Pela primeira vez em três décadas, o orçamento está equilibrado. De um déficit de US\$ 290 bilhões em 1992, tivemos um superávit de US\$ 70 bilhões no ano passado. E agora estamos no curso para superávits pelos próximos 25 anos.”⁵⁰

Nos mesmos moldes dos anos anteriores, Clinton começa seu discurso ao Congresso no início de 1999 retomando as conquistas econômicas de sua gestão. E logo passa às prioridades que — todos saberiam depois — não conseguiria resolver em conjunto com o legislativo. As

⁵⁰ Discurso sobre o Estado da União proferido ao Congresso na noite de 19 de janeiro de 1999.

reformas na seguridade social e no sistema público de saúde, assim como as medidas de incentivo à educação e o aumento do salário mínimo não andaram como o presidente esperava.

Aproveitando a presença de Rosa Parks — mulher que virou símbolo na luta contra o preconceito no país — pela primeira vez a questão da discriminação racial é abordada de forma contundente em seu discurso anual ao Congresso. Clinton pede que sejam aprovadas legislações contra a discriminação no trabalho e a lei de “prevenção aos crimes de ódio”, na defesa contra discriminações de raça, religião, gênero, deficiência ou orientação sexual.

Seguindo o roteiro hamiltoniano de abordar o cenário externo como parte da questão econômica do país, Clinton faz referência à forte crise que abateu o mercado internacional naquele período, especialmente os países asiáticos. A medida adotada é o reforço do Fundo Monetário Internacional, e o apoio dos Estados Unidos às demais nações para que a situação se normalize — o que faria com que o país voltasse a desfrutar de um mercado externo tranquilo e receptivo a seus produtos. O presidente também convida todas as nações a seguirem as diretrizes de uma Organização Mundial de Comércio fortalecida, com respeito de todos às leis trabalhistas.

Novamente o universalismo wilsoniano entra em cena quando a abordagem do cenário externo é menos econômica, e mais sociopolítica. Clinton fala sobre a responsabilidade do país em moldar um mundo mais pacífico, seguro e livre.

Todos os americanos podem ficar orgulhosos por nossa liderança ter colocado a Bósnia no caminho para a paz. E com nossos aliados da OTAN, estamos pressionando o governo sérvio para que interrompa sua brutal repressão no Kosovo, para trazer os responsáveis à justiça, e para dar ao povo do Kosovo o autogoverno que eles merecem.

A exemplo da OMC para as questões comerciais, a OTAN e a ONU são repetidamente usadas como instâncias internacionais que legitimam as ações do país, uma estratégia evidentemente wilsoniana. Clinton também cita avanços na relação entre Israel e as autoridades palestinas, antes de, a exemplo dos anos anteriores, citar os perigos do terrorismo internacional e nomear pela primeira vez aquele que viria a ser o principal inimigo dos Estados Unidos dois anos depois.

Nós defenderemos nossa segurança sempre que formos ameaçados, como fizemos neste verão, quando atacamos a rede de terror de Osama Bin Laden⁵¹. O ataque à bomba nas

⁵¹ Na transcrição original, “Usama bin Ladin”.

nossas embaixadas no Quênia e na Tanzânia novamente nos lembram dos riscos enfrentados todos os dias por aqueles que representam a América para o mundo.

Clinton não vai muito além na questão terrorismo, mas volta a citar os perigos do uso da tecnologia e armas químicas pelos terroristas. O presidente avança para a questão nuclear envolvendo as Coreias, Índia e Paquistão, e para os acordos com Rússia, Ucrânia e ex-nações soviéticas para o controle, proteção e redução dos arsenais nucleares. A questão iraquiana também segue em aberto, com Clinton prometendo “conter Saddam, e trabalhar até o dia que os iraquianos tenham um governo digno de seu povo”.

Mas há um fato novo importante apresentado neste pronunciamento: Clinton propõe que o movimento de redução com gastos em defesa, iniciado em 1985, seja invertido. O presidente sugere que o orçamento do país preveja o crescimento contínuo do investimento militar pelos próximos seis anos, levando em conta a necessidade de modernização e o aumento das verbas destinadas aos combatentes e suas famílias.

A seguir, Clinton volta a citar a questão chinesa, afirmando que o país não deve ser isolado pelos Estados Unidos por seu desrespeito à liberdade, antes pelo contrário: “quanto mais trouxermos a China para o mundo, mais o mundo vai trazer mudanças e liberdade para a China”. Da mesma maneira, apoio à democracia em regiões da África e do Caribe, este afetado meses antes por furacões devastadores, e alvo da ajuda humanitária norte-americana.

2000

“Temos sorte em estar vivos neste momento da história. Nunca antes nossa nação desfrutou ao mesmo tempo de tanta prosperidade e progresso social, com tão pouca crise interna e tão poucas ameaças externas. Nunca antes tivemos tamanha oportunidade e, com isso, uma profunda obrigação de construir a União mais perfeita sonhada por nossos fundadores. Começamos o novo século com mais de 20 milhões de novos empregos; o crescimento econômico mais rápido em mais de 30 anos; a menor taxa de desemprego em 30 anos; a menor taxa de pobreza em 20 anos; a menor taxa de desemprego para afro-americanos e hispânicos já registrada; o primeiro superávit de início ao fim do ano em 42 anos; e no próximo mês, a América vai alcançar o mais longo período de crescimento econômico em toda nossa história. Nós construímos uma nova economia. E nossa revolução econômica foi acompanhada por um renascimento do espírito americano: o crime caiu 20%, para o menor nível em 25 anos; gravidez de adolescentes caindo por sete anos consecutivos; adoções crescendo 30%; a folha do seguro desemprego cortada pela metade, para o menor nível em 30 anos. Meus companheiros americanos, o estado de nossa União é o mais forte de todos os tempos.⁵²

⁵² Discurso sobre o Estado da União proferido ao Congresso na noite de 27 de janeiro de 2000.

No seu último e, talvez por isso, mais longo⁵³ discurso sobre o estado da União, Clinton recapitula os números do progresso econômico alcançado em sua gestão. Em um ano eleitoral, e já fazendo referências elogiosas ao seu vice e candidato à sucessão, Al Gore (sobretudo em questões relativas à proteção ambiental), o presidente também traz um tom de crítica ao Congresso que — majoritariamente democrata no início de sua gestão, teve maioria republicana de 1995 até o final de seu segundo mandato —, falhou em acelerar e enfrentar questões que Clinton repetidamente, inclusive nos próprios discursos anuais que são objeto deste trabalho, tratava como prioritárias. Entre elas, a reforma na previdência social, no sistema público de saúde⁵⁴, no financiamento de campanhas, e na restrição à venda e porte de armas — no momento em que o país ainda se recuperava dos atentados entre estudantes em Columbine. O presidente também se mostra frustrado com a questão da remuneração do trabalhador, tema presente em todos os seus discursos ao Congresso, chegando a declarar: “E novamente, eu peço a vocês — eu imploro que vocês aumentem o salário mínimo”.

O aspecto internacional novamente aparece *a priori* como parte da análise do cenário econômico. Clinton explica que as possibilidades da economia do país estão atreladas à sua expansão além das fronteiras, para moldar a “revolução que está destruindo barreiras e construindo novas redes entre nações, indivíduos, economias e culturas: a globalização, vista como “a realidade central de nosso tempo”. Para o presidente, seu país deve estar no centro de todas essas redes, e é preciso reconhecer que “não podemos construir nosso futuro sem ajudar os outros (países) a construir os seus”.

“Mas globalização é mais do que apenas economia”, explica Clinton no momento em que começa a listar, em um tom quase sugestivo ao próximo presidente, o que considera “os desafios que a América deve enfrentar para moldar o mundo do século XXI”. O primeiro seria a aproximação com a Rússia e China, de forma que ambos antigos inimigos “alcancem todo seu potencial” e se tornem nações estáveis, prósperas e democráticas. No caso russo, Clinton cita a herança comunista, a economia turbulenta e a guerra autodestrutiva na Chechênia como obstáculos. No caso Chinês, o presidente repete o tom de censura e afirma que aquele país deve abandonar a ilusão de que pode “comprar estabilidade às custas da liberdade”.

⁵³ Ver Apêndice I, um quadro com a extensão e duração dos discursos analisados no presente trabalho.

⁵⁴ A reforma do *Medicare* é tema central na política estadunidense ainda hoje, em 2012, ao final do primeiro e início do segundo mandato do presidente Barack Obama.

O segundo desafio visto por Clinton é o de proteger a segurança dos Estados Unidos em conflitos que tragam o risco de guerras maiores e ameaças à humanidade. “Não podemos prevenir todos os conflitos ou parar todos os ultrajes. Mas onde nossos interesses estão em jogo e pudermos fazer a diferença, podemos e devemos fazer a paz”, explica, para então lembrar a intervenção do país na Irlanda do Norte, Timor Leste, África, nos atritos entre Grécia e Turquia, Índia e Paquistão, e sobretudo no uso das forças armadas para interromper a “limpeza étnica” perpetrada por Slobodan Milosevic no Kosovo, “permitindo que um milhão de pessoas voltassem para casa”.

O terceiro ponto é a possibilidade de que as novas tecnologias permitam que terroristas e “nações hostis” ultrapassem as defesas do país. Nominalmente, Clinton cita a necessidade de restringir o acesso da Coreia do Norte, Iran e Iraque às “tecnologias letais”, simultaneamente à continuidade dos acordos de redução de arsenais com a Rússia.

“Eu prevejo a vocês, quando a maioria de nós já não estiver aqui, em algum momento entre os próximos 10 e 20 anos, a maior ameaça à segurança deste país virá dos inimigos do estado-nação, os narcotraficantes, os terroristas e o crime organizado que estarão juntos, trabalhando juntos, com grande acesso às mais sofisticadas armas químicas e biológicas.”

Clinton então menciona a situação da Colômbia, e a intenção de ajudar o país que seguia em luta contra a guerrilha narcotraficante, em uma região “importante para a estabilidade no longo prazo de nosso país e do que acontece na América Latina”. O auxílio às regiões mais pobre do mundo também é visto como uma obrigação dos Estados Unidos, que pode auxiliar incentivando pesquisas em busca da cura da AIDS e na solução das dívidas das nações mais necessitadas.

O quarto e último desafio projetado por Clinton é a necessidade de manter o exército estadunidense como o mais moderno e mais bem equipado do mundo, para que o país também possa seguir atendendo as demandas junto às Nações Unidas. Conforme o presidente, “são estes os desafios que devemos encarar para liderarmos o mundo adiante no processo de paz e liberdade em uma era de globalização”. No desfecho de seu discurso, Clinton vale-se de uma verdade jeffersoniana, a noção de que “após 224 anos, a revolução americana continua. Seguimos sendo uma nova nação. E desde que nossos sonhos superem nossas memórias, a América será para sempre jovem. Esse é o nosso destino. E este é nosso momento”.

3.3 George W. Bush (2001) e o novo antagonismo declarado

2001

“A América é hoje uma nação com grandes desafios, mas recursos ainda maiores. Um artista usando estatísticas como pincel poderia pintar duas figuras muito diferentes de nosso país. Uma teria sinais de alerta: demissões crescentes, preços de energia subindo, muitas repetências nas escolas, pobreza persistente, vestígios teimosos do racismo. Outra figura estaria cheia de bençãos: um orçamento equilibrado, grande superávit, um poderio militar sem igual, um país em paz com seus vizinhos, tecnologia que está revolucionando o mundo, e nossa maior força, cidadãos preocupados que se importam com nosso país, e se importam uns com os outros.”⁵⁵

Longe de possuir o mesmo talento oratório de Clinton, o primeiro discurso de George W. Bush ao Congresso como presidente do país durou pouco mais que a metade do último discurso de Clinton⁵⁶. O foco de seu pronunciamento é quase que totalmente voltado a questões domésticas, com apenas três parágrafos da transcrição direcionados à sua visão de política externa.

Apesar de reconhecer a situação positiva do país em áreas antes expressadas por Clinton, Bush Filho traça objetivos aonde considera equívocos da administração anterior. Mesmo afirmando que o debate sobre o tamanho do estado deva “ficar no século passado”, o presidente afirma que o país tem a escolha entre um “governo maior”, ou a possibilidade de deixar que o povo americano gaste seu dinheiro como bem entender. Bush, é claro, opta pela segunda opção, após afirmar que nos anos anteriores o país estava sendo direcionado para a primeira opção, de estado inflado. No entanto, o presidente apresenta uma proposta de orçamento prevendo aumento nos gastos em todas as áreas quer considera prioritárias: triplicar os gastos em educação para mais US\$ 5 bilhões, destinar US\$ 238 bilhões ao sistema de saúde, e garantir US\$ 2,3 trilhões para a seguridade social — estas duas questões, segundo Bush Filho, os maiores desafios tanto para ele quanto o Congresso —, aumento de US\$ 4,9 bilhões em programas ambientais e de US\$ 5,7 no orçamento de defesa. Quando finalmente aborda questões externas, o presidente é bastante genérico.

⁵⁵ Discurso em sessão do Congresso em 27 de fevereiro de 2001, um mês após sua posse, denominado “Objetivos da Administração”, não considerado oficialmente um “Discurso sobre o Estado da União”.

⁵⁶ Ver Apêndice I.

A América tem uma janela de oportunidade para estender e assegurar a atual paz promovendo um claro internacionalismo americano. Trabalharemos com nossos aliados e amigos para ser uma força para o bem e um campeão da liberdade. Trabalharemos por livres mercados, livre comércio, e liberdade contra a opressão. Nações fazendo progresso rumo à liberdade considerarão a América sua amiga. Promoveremos nossos valores. Promoveremos a paz, e precisamos de uma força militar forte para manter a paz.

Nenhuma surpresa na abordagem que combina as escolas hamiltonianas e wilsonianas nessa pequena introdução que Bush Filho faz à temática internacional. Ele prossegue, afirmando a necessidade de uma “estratégia clara para confrontar as ameaças do século XXI, ameaças que são mais dispersas e menos certas”. O presidente cita “terroristas que ameaçam com bombas” e “tiranos de nações hostis que buscam desenvolver armas de destruição em massa”. Para proteger o país dessas ameaças, Bush filho aposta no desenvolvimento de mísseis de defesa eficazes, transformando o poder militar do país ao descartar “as relíquias da Guerra Fria”, reduzindo também a própria força nuclear para “refletir as necessidades atuais”. Para Bush Filho,

“Uma América forte é a maior esperança do mundo para paz e liberdade. Mas a causa da liberdade é mais que nossa habilidade em proteger a nós e nossos aliados. Liberdade é exportada todos os dias, conforme embarcamos bens e produtos que melhoram a vida de milhões de pessoas. O livre comércio traz maior liberdade pessoal e política.”

O presidente não vai além no que tange ao cenário externo. No entanto, vale ressaltar o interessante desfecho de seu pronunciamento. Ao afirmar que “todos temos coisas que queremos alcançar e promessas a manter”, Bush Filho testa seu espanhol e afirma que “*Juntos podemos*”, talvez confirmando a importância decisiva de um aspecto de sua eleição citado por Mead: os votos hispânicos perdidos pelos democratas no polêmico caso de devolução do garoto Elián Gonzales ao seu pai cubano.

O novo antagonismo declarado

A proposta de recorte do *corpus* discursivo acaba neste primeiro pronunciamento de Bush Filho, de fevereiro de 2001. Conforme apontado anteriormente, em discurso após os atentados do 11 de setembro daquele ano, o presidente coloca todas as nações do mundo em um processo de escolha entre o lado dos Estados Unidos, ou o lado dos terroristas. Naturalmente, no presente

trabalho não foi ignorada a análise do discurso sobre o estado da União de 2002⁵⁷, e este confirma o acerto na proposta de recorte entre 1989 e 2001.

Ao contrário de seu primeiro discurso ao Congresso, em 2002 o pronunciamento de Bush Filho é completamente voltado ao cenário internacional de “Guerra contra o Terror”, desde sua introdução, quando afirma que “Conforme nos reunimos aqui hoje, nossa nação está em guerra, nossa economia está em recessão e o mundo civilizado enfrenta perigos sem precedentes”. O presidente prossegue e projeta conflitos de longa duração, pois “o que encontramos no Afeganistão confirma que, longe de acabar aqui, nossa guerra contra o terror está apenas começando”. É também a opinião anteriormente citada de Mead que, em posfácio escrito após os atentados, projeta que a política externa dos Estados Unidos seria norteadada pelo combate ao terrorismo antagônico por “no mínimo mais uma geração”.

⁵⁷ Discurso sobre o Estado da União proferido ao Congresso na noite de 29 de janeiro de 2002.

4 CONCLUSÕES

Destarte, é fundamental ressaltar que as conclusões aqui apresentadas tomam por base a análise do recorte proposto, evitando-se afirmar que a totalidade da prática da política externa estadunidense no período está contemplada nos discursos anuais dos presidentes ao Congresso. Por outro lado, também partimos do pressuposto de que tudo o que está neste recorte traz uma importância significativa para a análise da política externa dos Estados Unidos e — apesar de não ser o seu retrato absoluto e fiel — reflete e dialoga com o real, conforme as noções da análise do discurso apresentadas no início deste trabalho. Assim, a primeira conclusão se volta para a confirmação da riqueza desses pronunciamentos como fontes de pesquisa histórica.

Adiante, outras definições ficam bastante evidentes ao longo do trabalho. Cronologicamente, podemos perceber que a política externa dos Estados Unidos durante o mandato de George Bush parecia embriagada pelo colapso do comunismo soviético. O predomínio foi da retórica do universalismo wilsoniano, com Bush projetando a “Nova Ordem Mundial” fundamentada nos ideais — apresentados como norte-americanos — da liberdade, democracia e livres mercados. Mesmo tendo um peso aparentemente similar nas entrelinhas, o discurso econômico hamiltoniano fica em segundo plano frente à noção wilsoniana de vitória ideológica dos Estados Unidos sobre o comunismo internacional.

Conforme indicado por Mead, essa predominância de questões externas parece ter deixado o front interno desassistido, e inviabilizado a reeleição de Bush Pai. Soma-se a isso a insatisfação jacksoniana de não poder celebrar nem uma vitória definitiva na Guerra Fria, já que nunca houve redenção ou destruição dos soviéticos, e nem a derrubada de Saddam Hussein, principal inimigo dos Estados Unidos no início da década. Dessa maneira, tanto o cenário externo quanto o interno não foram positivos para a manutenção de Bush na Casa Branca.

A chegada de Clinton ao poder trouxe aos discursos analisados a predominância dos assuntos domésticos em seu mandato. Geralmente com estrutura similar entre si, seus pronunciamentos relegavam o cenário externo a um espaço minoritário no terceiro quarto de sua fala. Notável orador, seus discursos sobre o estado da União foram muito maiores em extensão (textual) e em duração (temporal), na comparação com a amostra de Bush Pai e Bush Filho.⁵⁸

⁵⁸ Ver Apêndice I.

A preponderância da intervenção do governo Clinton em questões socioeconômicas internas parece trazer à tona o tradicional contraste entre republicanos — defensores do estado mínimo, da redução de impostos, da livre iniciativa e dos cortes nos gastos — e democratas — vistos como interventores da economia e mais preocupados com o papel do estado como patrocinador do bem-estar social. Com este quadro, nota-se um grande e repetido esforço de Bill Clinton em apresentar ao Congresso e ao país a noção de que progressos muito significativos estavam sendo feitos também na diminuição do estado, com redução na burocracia, combate ao déficit, cortes de pessoal, desoneração tarifária, e com impostos sendo aumentados apenas para o 1,2% no topo da pirâmide social. Os resultados econômicos alcançados por Clinton foram impressionantes, e seus números eram atualizados, como notamos, a cada ano, logo no início de seus discursos ao Congresso.

Quando aborda o cenário externo, foco deste trabalho, a predominância no discurso de Clinton é globalista, a exemplo de Bush, embora com maior destaque à lógica hamiltoniana de defesa dos interesses econômicos do país no mercado globalizado. Inclusive por sua posição no discurso, atrelada à melhora da economia do país, e separada das questões políticas internacionais — relegadas a um segundo momento —, concluímos que a lógica internacionalista hamiltoniana foi utilizada por Clinton como defesa de argumentos nacionalistas em questões domésticas, tanto aos jacksonianos como aos jeffersonianos. A leitura feita é de que a intensa atuação dos Estados Unidos no cenário econômico internacional, através da abertura de mercados e da consolidação de instâncias regulatórias supranacionais observadas e respeitadas pelo maior número possível de países, serviria como garantia aos empregos e à democracia dentro dos Estados Unidos.

Quando a intervenção internacional não tem lógica econômica — cujo caso mais emblemático é a guerra na Bósnia — percebemos o esforço de Clinton em apelar ao universalismo wilsoniano na defesa da democracia e no combate aos regimes opressores. Ao longo da década de 1990, pelos discursos analisados, percebe-se a redução na euforia wilsoniana com o cenário externo da “Nova Ordem Mundial” e uma dificuldade em justificar intervenções e gastos no exterior por valores morais, quando o interesse estadunidense não é tão evidente. Nesse tom, Clinton rejeita o isolacionismo, e defende a atuação externa do país como defesa dos interesses e da democracia norte-americana — os dois pilares de jacksonianos e jeffersonianos. Mead aponta que

Os wilsonianos argumentaram em favor da intervenção na Iugoslávia buscando uma analogia com o fracasso do Ocidente em deter Hitler, Os jeffersonianos retrucaram dizendo haver substancial diferença entre a Alemanha de Hitler e a Iugoslávia de Milosevic e que esta última tinha muito menos capacidade de perturbar o equilíbrio europeu e de ameaçar os interesses vitais norte-americanos.⁵⁹

De maneira geral, confirma-se a impressão de Mead, que coloca o momento de predominância das escolas wilsoniana e hamiltoniana no cenário de euforia do fim da Guerra Fria, mas também o progressivo enfraquecimento de ambas ao longo da década de 1990, quando fica cada vez mais difícil justificar, respectivamente, intervenções no exterior com base em valores morais, e incentivos ao mercado internacional quando milhões de empregos norte-americanos eram postos em riscos pela competitividade de outras potências econômicas.

Neste sentido, apesar de diferentes abordagens de Bush e Clinton para questões internas, em uma espécie de manutenção dos rituais republicanos e democratas, nota-se que a política externa de ambos teve um direcionamento globalista comum, enfraquecido ao longo da década e subjugado pela abordagem nacionalista consolidada na chegada de Bush Filho ao poder. Desta forma, no que tange à política externa estadunidense, não ficam evidentes diretrizes republicanas ou democratas, mas sim uma espécie de unipartidarismo que combina as quatro escolas aqui trabalhadas, e faz uso de seus argumentos e ideários conforme o momento e os desafios apresentados pela conjuntura tanto interna quanto externa ao longo do período analisado.

Também podemos perceber o avanço da temática terrorista como tópico recorrente ao longo da década, talvez em escala subestimada em relação aos reais perigos do tema, que anos depois se tornaria o foco principal da política externa norte-americana.

A chegada de Bush Filho ao poder traz em seu primeiro discurso um maniqueísmo jacksoniano com predominância de assuntos domésticos, acusações ao inchamento do estado por Clinton (que tanto tentou propagandear o contrário) e de defesa dos interesses do país, com uma abordagem inicialmente muito pragmática do cenário externo. Como apontado, após os ataques do 11 de setembro, o que Mead chama de “Efeito Pearl Harbor” galvanizou as quatro correntes em torno do unilateralismo jacksoniano de guerra total em defesa dos interesses do país. No desenrolar dos anos seguintes, pode-se ver claramente o direcionamento das escolas em torno da temática terrorista. Enquanto jacksonianos exigem a morte de Osama Bin Laden (só consumada na metade do primeiro mandato de Obama), os jeffersonianos alertam para os riscos da presença

⁵⁹MEAD, p. 269.

americana no Oriente Médio, que torna os Estados Unidos um alvo potencial para novos ataques. Hamiltonianos seguem buscando a saúde do sistema financeiro internacional em meio às turbulências, enquanto os wilsonianos pregam a intervenção por meio de instituições internacionais e almejam a reconstrução da nação afegã.

Confirmando a relevância dos discursos sobre o estado da União como fontes importantes para o estudo da história não só dos Estados Unidos, mas de sua importância e atuação no cenário internacional, enxergamos possibilidades de avanço em futuros trabalhos para recortes além do aqui proposto. A análise dos discursos sobre o estado da União durante o período considerado isolacionista, antes da II Guerra, ou após esta e durante toda a Guerra Fria, também parece ser uma sugestão de atividade proveitosa. Da mesma maneira, deslocar o recorte para depois da conflagração da “Guerra ao Terror” até os dias atuais pode dar indícios de como a política externa norte-americana se reorganiza em meio ao novo cenário de antagonismo, combinado a uma grave crise econômica internacional iniciada no final da década de 2000.

Fora dos limites da temática política internacional, também vale a análise dos discursos sobre o estado da União em busca do papel que os mitos, como o Destino Manifesto e a “vocação americana”, possuem na construção da história dos Estados Unidos e na sua transformação em um dos principais protagonistas da história mundial no ao longo do último século.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *A dimensão retórica da historiografia*, in PINSKY e DE LUCA (org.) *O Historiador e suas fontes*, Contexto: 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Bertrand Brasil: 1989.
- CAMARGO, Bibiana Helena Freitas. *O mito isolacionista da política externa dos Estados Unidos do século XIX*. Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais, UFRGS: 2007. Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Vizentini.
- CEZAR, Temístocles Américo Correa. *A crise do Estado no Discurso dos Candidatos à Presidência da República do Brasil em 1989*. Porto Alegre, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – UFRGS.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of history*. The National Interest: 1989.
- HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations? The Next Pattern of Conflict*. Foreign Affairs, Vol. 72, n. 3: 1993.
- MEAD, Walter Russel. *Uma orientação especial: A política externa norte-americana e sua influência no mundo*. Biblioteca do Exército: 2006
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria (1947-1987): conflito ou sistema?*. História: Debates e Tendências – v. 6, n. 2, jul./dez. 2006, p. 9-38;
- Discursos sobre o Estado da União disponíveis em *The American Presidency Project*, da *University of California Santa Barbara*, <http://www.presidency.ucsb.edu> (último acesso em 05 de dezembro de 2012). Originais em inglês. Nossa tradução.

APÊNDICE I

Duração e extensão dos discursos analisados no presente trabalho:

	DATA	DURAÇÃO (hh:mm:ss)	EXTENSÃO (em nº de palavras)
GEORGE BUSH	09 de fevereiro de 1989	00:48:14	4811
	31 de janeiro de 1990	00:35:43	3777
	29 de janeiro de 1991	00:48:00	3823
	28 de janeiro de 1992	00:51:04	5012
BILL CLINTON	17 de fevereiro de 1993	01:05:31	7003
	25 de janeiro de 1994	01:03:44	7432
	24 de janeiro de 1995	01:24:58	9190
	23 de janeiro de 1996	01:06:41	6317
	04 de fevereiro de 1997	01:04:21	6774
	27 de janeiro de 1998	01:16:43	7303
	19 de janeiro de 1999	01:18:40	7514
	27 de janeiro de 2000	01:28:49	7452
GEORGE W. BUSH	27 de fevereiro de 2001	00:49:10	4362